

# contexto

MAIO 2024 | ANO 1 | Nº 1  
EDIÇÃO ESPECIAL DE LANÇAMENTO



FENAJUFE



**LUTAS** inesquecíveis

**O GOLPE** que mudou  
os rumos da política no Brasil

**COVID-19**  
e as agruras da pandemia

**DIVERSIDADE** e inclusão  
na nova fase da Federação

**E TAMBÉM:**  
nível superior, recomposição,  
capacitismo, assédio e muito mais



# EDITORIAL

---

Caros(as) colegas,

É com grande satisfação que lançamos a revista Contexto, uma publicação da Fenajufe que nasce com a missão de, para além de tratar das questões afetas à categoria, oferecer uma visão ampla e abrangente do mundo no qual estamos inseridos como pessoas e servidores públicos.

Acreditamos que, para compreendermos plenamente nosso papel e impacto na sociedade, é essencial ampliar nossa visão e entender o contexto no qual nossas lutas são travadas. Por isso, a Contexto não se limitará a tratar apenas de questões que envolvem diretamente nossa categoria, mas buscará explorar os diversos aspectos que moldam a realidade do mundo em que essa categoria vive e trabalha.

Ao abordar temas variados e relevantes, como direitos, política, sociedade, cultura e meio ambiente, buscamos proporcionar uma reflexão profunda e enriquecedora sobre os desafios e oportunidades que nos cercam. Queremos estimular o debate e a troca de ideias, fomentando um entendimento mais abrangente e crítico do universo ao nosso redor.

E para esta primeira e especial edição, optamos por fazer uma breve retrospectiva das principais lutas e dos principais acontecimentos políticos e sociais de 2012, ano em que a Fenajufe completou 20 anos, até aqui, com ênfase para o papel da federação e dos sindicatos filiados nesse período extremamente efervescente da história brasileira. Revisitar a história é importante para entender onde erramos e onde acertamos.

A eleição de Dilma Roussef, primeira presidenta do Brasil, foi um evento notável e de grande importância histórica e política. Porém, o fato de uma mulher presidir o país pela primeira vez desencadeou um sistemático processo de ataques misóginos, desde seu primeiro dia de governo, que contribuiu na construção do golpe jurídico-parlamentar de 2016. Além disso, a opção por uma política econômica mais ortodoxa em seu segundo mandato, com implementação de algumas medidas impopulares que alienaram boa parte da base social que a apoiava, abriu espaço para a ascensão da extrema direita patrimonialista, misógina, LGBTfóbica e racista.

O período abrangido por esta edição não poderia deixar de incluir esse trágico evento, que foi impeachment de Dilma Roussef. Um verdadeiro golpe orquestrado pela extrema direita e pelo Centrão contra os trabalhadores, as mulheres, os indígenas, a população negra e LGBTQIAPN+, que resultou na retirada de direitos previdenciários, trabalhistas e sociais da população, na política genocida de Jair Bolsonaro - que ceifou mais de 700 mil vidas com seu negacionismo na pandemia - e culminou nos violentos ataques contra a democracia ocorridos em 8 de janeiro de 2023.

Durante todo esse período turbulento, a Fenajufe e os sindicatos de base se mantiveram firmes na frente de batalha, com vitórias e derrotas, mas sem jamais desistir da luta por direitos e pela democracia.

Sejam bem-vindos a esta jornada! Que a leitura da Contexto nos ajude a compreender e transformar o nosso contexto.

# 1992 A OS PRIMEIROS 20



A **Fenajufe** nasce para unificar a luta do movimento sindical do Judiciário. O congresso de fundação e eleição da primeira diretoria da entidade é realizado de 5 a 8 de dezembro, em Brasília (DF).



Acontece o **2º Congresso da Fenajufe**, em Belo Horizonte (MG).



O **4º Congresso da Fenajufe** acontece em São Paulo (SP).

Os servidores federais realizam a primeira **grande greve** no governo FHC, conquistando a criação de um **Grupo de Trabalho de Assuntos Salariais**, que reúne técnicos do STF e Fenajufe, para reestruturação do PCS.

1992

1994

1995

1996

1998

1999

2000

Após a **posse dos aprovados da primeira seleção do Ministério Público da União (MPU)**, a recém-criada categoria passa a integrar a **Fenajufe**.

Graças à luta e a mobilização da categoria, após longa greve, é **aprovada a Lei 9421/96** que cria o **Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário**. Sua implementação foi parcelada em quatro etapas, a partir de janeiro do ano seguinte.

O **3º Congresso Nacional da Fenajufe** é realizado em Florianópolis (SC).

Aprovada a **Lei 9953/2000** que coloca os servidores do MPU nas mesmas condições do Judiciário.



Confira os melhores momentos dessas duas primeiras décadas da Fenajufe, acessando nossa revista comemorativa dos 20 anos.



**Fenajufe** se une à **Marcha dos 100 mil**, em Brasília. Promovida por partidos de oposição e organizações dos movimentos sociais e sindicais, o protesto contra a corrupção no Governo Federal leva mais de 100 mil pessoas às ruas da capital do país.

# A 2012 20 ANOS DA LUTA



O 5º Congresso da Fenajufe é realizado em Maceió (AL)

Deflagrada **nova greve do Judiciário e do MPU**, que dura cerca de 50 dias e conta com a adesão de mais de 20 estados. A forte pressão leva à sanção do **PCS 2 do Judiciário Federal** e à aprovação do **PCS do MPU**.



Fenajufe promove seu 7º Congresso Nacional em Fortaleza (CE)

Os trabalhadores do Judiciário e do MPU retomam a luta pela **reestruturação do PCS** com nova greve que envolve cerca de **60% da categoria**, em 20 estados e no DF.



Sem reajuste salarial há seis anos, os servidores do Judiciário e do MPU se somam aos demais servidores públicos federais e realizam diversas **marchas unificadas**.



Devido ao empenho da **Fenajufe**, a diferença do percentual de **11,98%** perdida em virtude da errônea conversão salarial em URV (Unidade Real de Valor), durante a criação do Plano Real, é incorporada aos salários dos servidores do Poder Judiciário e do MPU.



A luta contra a **reforma da Previdência** é histórica. A **Fenajufe** e outras organizações conduzem diversas ações contra a aprovação da **PEC 40**, que ameaça retirar direitos dos trabalhadores.



Gramado (RS) sediou o 6º Congresso Nacional da Fenajufe.

**Fenajufe** completa **20 anos de luta** em defesa dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU.

# ÍNDICE

<b>Lutas e conquistas</b> dos servidores e das servidoras do PJU e MPU em 2012	<b>7</b>
<b>2016:</b> um ano de embates e vitórias	<b>8</b>
<b>Isonomia dos chefes de cartório</b> , uma luta marcada pela resistência	<b>10</b>
Cronologia do <b>golpe</b>	<b>13</b>
Fenajufe foi resistência diante dos <b>ataques de Temer e Bolsonaro</b>	<b>18</b>
<b>Covid-19:</b> o impacto da pandemia na vida e no trabalho das servidoras e dos servidores do PJU e MPU	<b>22</b>
Fenajufe de <b>casa nova</b>	<b>21</b>
<b>Saúde, capacitismo e assédio:</b> os desafios enfrentados pelos servidores do Judiciário Federal	<b>24</b>
<b>“Se votar, não volta”</b>	<b>28</b>
Fenajufe avança na <b>diversidade e inclusão</b> , com implementação de paridade de gênero e criação de coletivos	<b>29</b>
A saga do <b>nível superior</b> para os técnicos do Judiciário Federal	<b>32</b>
Persistência e resultados: relembre a <b>jornada pela recomposição salarial</b> em 2022	<b>35</b>
<b>Quintos:</b> a conquista dos servidores após anos de batalha	<b>37</b>

## EXPEDIENTE

### Coordenação-Geral

Lucena Pacheco Martins - Sisejufe/RJ  
Sandra Cristina Dias - Sindiquinze/SP  
Fabiano dos Santos - Sintrajud/SP

### Coordenação de Finanças

Soraia Garcia Marca - Sisejufe/RJ  
Paulo José da Silva - Sitraemg/MG

### Coordenação Executiva

Luciana Martins Carneiro - Sintrajud/SP  
Fernanda Guimarães Lauria - Sisejufe/RJ  
Márcia Valéria Ribas Pissurno - Sindjufe/MS  
Jailson da Silva Lage - Sindjufe/BA  
Thiago Duarte Gonçalves - Sintrajud/SP  
Leopoldo Donizete de Lima - Sinjufego/GO  
Edson Moraes Borowski - Sintrajufe/RS  
Manoel Gerson Bezerra Sousa - Sintrajuf/PE  
José de Ribamar França Silva - Sindjuf-PA/AP  
Paula Drumond Meniconi - Sitraemg/MG  
Fábio Antônio Teixeira Saboia - Sintrajufe/CE  
Fabrício Dias Loguercio - Sintrajufe/RS

### Suplência

Luiz Cláudio Correa - SitraAM/RR  
Paulo Roberto Koinski - Sintrajusc/SC  
Ivan Bagini - Sindiquinze/SP  
Denise Márcia de Andrade Carneiro - Sindjufe/BA  
Charles Bruxel - Sindissétima/CE  
Juscileide Maria Kliemaschewsk Rondon - Sindijufe/MT  
Roberto Policarpo Fagundes - Sindjus/DF (licenciado)

## REVISTA FENAJUFE - EDIÇÃO ESPECIAL

### Supervisão: Coordenação de Imprensa e Comunicação

Luciana Martins Carneiro (Sintrajud/SP), Fernanda Guimarães Lauria (Sisejufe/RJ) e Charles Bruxel (Sindissétima/CE).

### Projeto gráfico e produção de conteúdo: Paula Morena

**Capa:** Rap Design

**Colaboração:** Joana Darc Melo, Fernanda Miranda e Raphael de Araújo.

**Revisão:** Luciana Carneiro, Fernanda Lauria, Charles Bruxel, Joana Darc Melo, Fernanda Miranda e Raphael de Araújo.

**Fotos:** Arquivo Fenajufe, Joana Darc Melo, Fernanda Miranda, Raphael de Araújo, Luciano Beregenio, Márcia Pissurno e Fellipe Sampaio/SCO/STF.

## FENAJUFE

**Endereço:** Edifício Serra Dourada - SCS Quadra 2 Bloco C, Lote 22; CEP 70300-902 - Asa Sul, Brasília - DF

**Telefone:** (61) 3323-7061

**E-mail:** fenajufe@fenajufe.org.br



# LUTAS E CONQUISTAS DOS SERVIDORES E DAS SERVIDORAS DO PJU E MPU EM 2012

O ano de 2012 foi marcado por uma intensa mobilização das servidoras e dos servidores, que reivindicavam um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) desde 2009. Na época, a categoria requeria a aprovação do Projeto de Lei (PL) 6613/2009, que previa um reajuste médio de 56% na remuneração do cargo efetivo, além de outras melhorias nas condições de trabalho e na carreira.

Foram muitas assembleias, paralisações, greves, atos públicos, caravanas, manifestações e articulações políticas, a fim de pressionar e sensibilizar os parlamentares sobre a importância e a urgência das propostas.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) apresentou o PL 4363, de 2012, que propunha um reajuste médio de 27% na remuneração do cargo efetivo, dividido em três parcelas anuais de 9%, a partir de janeiro de 2013. Para tanto, a Gratificação Judiciária (GAJ) passou de 50% do vencimento básico (VB) para 62% (a partir de janeiro/2013), 75,2% do VB (a partir de janeiro/2014) e, por fim, 90% do VB (a partir de janeiro/2015). Além disso, a carreira foi diminuída de um total de 15 níveis para 13 níveis, com impactos salariais positivos principalmente no início da carreira.

No mesmo bojo, também foi apresentado o PL 4362/2012, que versava sobre a Gratificação de Atividade do Ministério Público da União (GAMPU).

A Fenajufe e seus sindicatos filiados consideraram os novos projetos como um avanço parcial, por isso aceitaram a proposta como uma forma de garantir um reajuste imediato e com o objetivo de abrir espaço para novas negociações sobre o PCS.

Após o envio dos novos PLs ao Congresso Nacional, iniciaram-se os esforços para a aprovação. Foram mais atos públicos, caravanas, manifestações e articulações políticas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. E a luta surtiu efeito!

Os PLs 4363/2012 e 4362/2012 foram aprovados na Câmara dos Deputados em 5 de dezembro de 2012, graças a um requerimento de urgência, que permitiu a votação direta no plenário. A aprovação no Senado Federal aconteceu 13 dias depois, quando os Projetos de Lei da Câmara (PLC) 125/2012 e 124/2012 também foram apreciados em caráter de urgência, devido à articulação da Fenajufe junto às lideranças partidárias. No dia 28 do mesmo mês, a presidenta Dilma Rousseff sancionou as Leis 12.774/2012 e 12.773/2012, pondo fim a uma longa espera.

Essa foi mais uma conquista histórica dos servidores PJU e MPU, que demonstraram força, união e determinação na luta por seus direitos.



# 2016: UM ANO DE EMBATES E VITÓRIAS

**D**e autoria do Supremo Tribunal Federal (STF), o Projeto de Lei 7920/2014 visava reparar a defasagem salarial das servidoras e dos servidores do Poder Judiciário da União (PJU) desde o último PCS, aprovado em 2006, e a recomposição salarial parcial de 27%, concedida em 2012.

Com a convocação da Fenajufe e dos sindicatos para a luta, a categoria se mobilizou e pressionou os deputados, conquistando a aprovação do projeto na Câmara Federal. Seria necessário manter a unidade para garantir a aprovação também no Senado.

Mobilizações frequentes, comitivas que chegavam de diversos estados a Brasília e muita articulação junto aos senadores, fizeram a ideia decolar. Na época, o governo avisou que vetaria o projeto se ele fosse aprovado com o texto original, que estabelecia um reajuste de em média 56%, mas os servidores optaram por manter a luta pelo texto original e, se necessário, pela derrubada do veto.

Na primeira quinzena de junho, com o objetivo de pressionar pela aprovação do projeto, teve início uma greve histórica, que duraria em média 4 meses.



Então, no dia 30 de junho de 2015, com o Congresso Nacional tomado por servidores do PJU, já tarde da noite, o plenário do Senado aprovou o PLC 28/2015 (antigo PL 7920/2014) com 62 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Estava vencida mais uma batalha.

Com a aprovação, a medida seguiu para sanção da presidenta Dilma Rousseff. A categoria manteve a greve na maioria dos estados para pressionar pela sanção, no entanto, apesar dos esforços, o governo federal vetou a proposta conforme havia avisado, alegando



que o reajuste era incompatível com o momento econômico do país. A batalha, agora, era pela derrubada do veto.

Em meio à luta contra o veto, o STF enviou ao Congresso Nacional um novo projeto de lei negociado com o governo em contrapartida ao veto, o PL 2648/2015, que previa um aumento escalonado em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019, entre outras medidas.

Com a greve mantida em quase todo o Brasil, os sindicatos enviavam caravanas a Brasília toda semana. A capital federal e o Congresso Nacional foram tomados pelos servidores do PJU, numa mobilização histórica, com realização de grandes atos na Capital Federal, vigílias e muita articulação junto ao parlamento. Foi quando o movimento sofreu um duro golpe. Os parlamentares de oposição, que apoiaram a aprovação do projeto na Câmara e no Senado, e que por isso na época foram denominados “Amigos do Judiciário” por parcela dos servidores, voltaram-se contra a categoria durante a apreciação do veto, numa demonstração clara de que o que lhes interessava de fato – desde o início – era desestabilizar o governo Dilma. Ou seja, tais parlamentares usaram uma pauta justa da categoria em prol de interesses escusos e antidemocráticos. Assim, em novembro de 2015, o veto foi mantido.

## SERVIDORES NÃO DESISTEM E CONQUISTAM NOVO PROJETO DE REAJUSTE SALARIAL

Após a manutenção do veto, a Fenajufe e os sindicatos não recuaram. Em meio a uma conjuntura política extremamente delicada, quando o Brasil acompanhava o descortinar do golpe que destituiu uma presidenta legitimamente eleita, os trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal não desistiram da luta e continuaram a mobilização, agora pela aprovação do PL 2648/15.

Por meio de uma intensa negociação com os líderes partidários, o projeto foi aprovado



pelo Plenário da Câmara, na noite de 1º de junho de 2016, e seguiu para apreciação do Senado, como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2016. Os servidores do Judiciário Federal haviam galgado mais um degrau rumo à recomposição salarial.

No dia 29 de junho de 2016, com o apoio de diversos parlamentares que reconheceram a legitimidade e a urgência da demanda dos servidores, o PLC 29/2016 foi aprovado por unanimidade pelo plenário do Senado, seguindo então para a sanção, sem qualquer alteração ou emenda.

O vice-presidente da República, Michel Temer, no exercício do cargo de presidente da República, em virtude do afastamento de Dilma Rousseff pelo golpe que estava em curso, decidiu sancionar todos os projetos negociados pela presidenta afastada e sancionou o PLC 29/2016 sem vetos. Estavam aprovadas as Leis 13.317 e 13.316, ambas de 20 de julho de 2016, que estabeleceram reajuste escalonado de 41,47% para os servidores do PJU e MPU, a serem pagos em oito parcelas até 2019. Mais uma vitória fruto de muita luta da categoria.

Reunião com o secretário de Orçamento do TSE, Eduardo Bechara



# ISONOMIA DOS CHEFES DE CARTÓRIOS: UMA LUTA MARCADA PELA RESISTÊNCIA

**A**o longo dos 30 anos da Fenajufe, muitas mobilizações entraram para a história, seja pelos obstáculos ao longo do caminho, ou pelos benefícios conquistados pelos servidores. E a luta pela isonomia dos chefes de cartório da Justiça Eleitoral, com certeza, reúne as duas peculiaridades.

Foi quase uma década de luta intensa. Entre articulações com o Executivo, Legislativo e Judiciário, a Fenajufe e seus sindicatos filiados não mediram esforços para reparar a injustiça que perdurou por anos.

Para lembrar essa trajetória, conversamos com os coordenadores da Federação, Fernanda Lauria e Edson Borowski, que nos contam em detalhes como essa importante vitória foi alcançada.

**Antes da equiparação, como era a situação para os chefes de cartório do interior?**

**Fernanda Lauria** - Era uma situação que gerava uma sensação muito ruim para os servidores do interior, como se o trabalho deles fosse menos importante, pois esta-

vam estabelecidas retribuições diferenciadas para um mesmo cargo, considerando a localização da zona eleitoral. Enquanto os chefes de cartório da capital recebiam FC4, os chefes de cartório do interior recebiam FC1, para desempenharem a mesma função, e os chefes de sessão recebiam FC6, ou seja, não havia nenhuma justificativa para essa diferenciação absurda, a não ser o preconceito.

**E como essa luta transcorreu?**

**Edson Borowski** - A luta pela equiparação salarial dos chefes de cartório do interior com os das capitais começou em 2007, quando a Fenajufe pressionou o TSE para criar uma comissão que estudasse o assunto.

Em fevereiro de 2008, houve um encontro em Brasília com representantes de todos os estados e a comissão técnica do TSE, que contou com a participação decisiva de Roberto Policarpo, que na época era coordenador-geral da Federação. O relatório final do grupo reconheceu a necessidade de equiparação com uma FC6 para to-

dos os chefes de cartório, além da manutenção da FC1 como função de assistente. Assim, os cartórios passariam a ter duas FCs, em vez de uma só.

Esse projeto foi aprovado pelo TSE e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que deveria enviá-lo ao Congresso Nacional. No entanto, o processo ficou parado no CNJ por vários anos.

Em 2013, nós fomos a Brasília e conseguimos uma audiência com a ministra Carmen Lúcia, que era presidente do TSE e também integrava o CNJ. Nós apelamos para que o projeto fosse destravado e encaminhado ao Congresso, o que finalmente aconteceu.

**Ao chegar no Congresso, a pauta ganhou celeridade?**

**Fernanda Lauria** - Infelizmente, não. Foi um processo muito longo de aprovação no Congresso Nacional. O projeto era de 2013, mas só foi aprovado em 2015. Quando finalmente chegou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputa-



Plenária que definiu a FC6 e FC1

dos, a gente fez um trabalho de articulação com o deputado Arthur Lira (PP/AL) que, na época, presidia a CCJ. Assim, conseguimos que ele pautasse o projeto naquela sessão de março de 2015 e o PL foi finalmente aprovado, seguindo direto para o Senado, uma vez que não foi apresentado recurso contra.

A aprovação no Senado também foi um trabalho árduo. Primeiro na CCJ, depois no Plenário. Lembro que no dia em que o PL constava da pauta da comissão, estava havendo 11 sabatinas para aprovação de nomes para cargos. Estávamos na porta, abordando todos os senadores da comissão que por ali passavam e todos falavam: "Gente, não adianta, não vai votar nada hoje". Só que a gente não desistiu. Lembro bem quando Roberto Ponciano, então coordenador da Fenajufe disse: "Só acaba quando termina". Então, durante aquela longa sessão, permanecemos lá. Horas em pé na porta da CCJ até que as sabatinas acabaram e os senadores chegaram a um acordo para votação de três ou quatro projetos que estavam na pauta naquele dia.

Foi quando conversamos com o senador Lindbergh Farias (PT/RJ), que fazia parte da comissão, e conseguimos com ele que o PLC 25 fosse um dos projetos a serem votados e ainda que fosse solicitada a urgência, para fazer com que o PLC fosse enviado direto para apreciação do plenário do Senado, sem passar por mais nenhuma comissão.

Depois foi outra luta para pau-

tar no plenário. Mais uma vez, contamos com a preciosa ajuda do senador Lindbergh Farias que, na sessão de 1º de julho de 2015, insistiu mais de quatro vezes para o presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB/AL), pautar o PLC 25. Enfim, foi pautado e aprovado. Posteriormente, foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

### **Após a aprovação, ainda teve mais luta, certo? O que houve?**

**Fernanda Lauria** - Quando nós estávamos comemorando a vitória, com a Lei 13.150/15 publicada e com os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA), tivemos a notícia de que o Executivo cortou o orçamento necessário para a implementação total da lei.

O jeito foi reiniciar a luta para conseguir alterar o anexo V da LOA para incluir de volta o orçamento cortado. Nos reunimos, então, com o secretário de Orçamento e Finanças do TSE na época, Eduardo Bechara. Quando começamos a falar, ele foi logo dizendo: "Olha, podem parar! Antes de alterar a LOA, vocês precisam alterar o PLDO". Nesse momento eu pensei que não conseguiríamos, que seria impossível. Primeiro teríamos que alterar o PLDO, porque o projeto continha uma lista taxativa das despesas com cargos que seriam autorizadas para 2016 (o que não estivesse naquela lista não poderia ser executado) e depois teríamos que alterar a LOA para incluir os recursos de volta. Era muito surreal

precisar alterar as duas normas. Naquele momento, me deu um certo desespero ao pensar na batalha gigante que teríamos que travar de novo. Mas foi exatamente o que fizemos. Arregaçamos as mangas e partimos para dentro, para conseguir alterar o PLDO e depois a LOA.

O próximo passo foi conversar com o senador Humberto Costa (PE), que era o líder do PT no Senado. Na mesma hora ele entendeu o problema e, a partir daí, se tornou outra peça fundamental nessa conquista. Ele nos colocou em contato direto com o então relator do PLDO 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PODE/PE), com quem passamos a negociar diretamente. Enquanto que o próprio Humberto Costa fazia a ponte na negociação com o governo.

Passamos então a trabalhar para incluir a Lei 13.150/15 na lista das despesas autorizadas para 2016 do PLDO. Ao mesmo tempo em que estávamos lutando para conseguir que o governo devolvesse o orçamento cortado.

Então, o senador Humberto Costa marcou uma reunião com a secretária do Orçamento Federal, Esther Dweck, hoje ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, que na época era a segunda pessoa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde explicamos o problema. Um tempo depois, após outras reuniões, Esther entrou em contato para dizer que o governo aceitava devolver os recursos da lei à LOA, mas que teriam que vir de remanejamento do orçamento da própria Justiça Eleitoral.

Voltamos a conversar com o TSE e explicamos toda a situação. Pouco depois deram retorno, apresentando uma proposta. "Queríamos ver o que vocês acham, porque pode ser que desagrade os servidores. A solução é tirarmos dinheiro da hora extra da eleição para destinar à isonomia dos chefes de cartório (Lei 13.150/15)". Sabíamos que essa ideia iria desagradar a maioria, mas tratava-se de uma injustiça que já perdurava por



Reunião com o então líder do PT no Senado, senador Humberto Costa, e a então secretária do Orçamento Federal do MPOG, Esther Dwek

muitos anos e que precisávamos resolver. Então concordamos com a proposta.

Logo em seguida, o ministro Dias Toffoli, então presidente do TSE, enviou o ofício para a Presidência da República remanejando esse orçamento para a implementação da Lei 13.150/15.

Nesse meio tempo, havíamos conseguido alterar o PLDO, após muitas reuniões com o então relator, Deputado Ricardo Teobaldo. O projeto foi aprovado com texto elaborado por nós e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (LDO) foi publicada contendo autorização para a implementação total da Lei 13.150/15.

Mas ainda faltava o governo enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei para alteração da LOA. Aquele era um momento caótico, porque a presidenta Dilma havia nomeado Lula como ministro da Casa Civil, mas não o deixaram assumir. Foi nesse contexto

conturbado que conseguimos uma reunião na Casa Civil, e esse encontro foi determinante para que Dilma acelerasse o envio do PLN 3 para aprovação no Congresso. Agora, era garantir a aprovação do projeto. Foram muitas as reuniões com o relator do PLN 3, deputado Covatti Filho (PP/RS), até a aprovação do projeto na Comissão Mista de Orçamento, no dia 14/6/2016, e no Congresso Nacional, no dia 23/08/2016, quando finalmente conseguimos a vitória, remanejando o orçamento para garantir a isonomia dos chefes de cartório. Essa foi uma conquista histórica e fruto de muita, muita luta.

### Como a equiparação das funções impactou os servidores dos cartórios eleitorais?

**Edson Borowski** - O impacto da equiparação foi extraordinário, pois reconheceu o valor do trabalho dos chefes de cartório do interior e melhorou as suas condições de vida. Além da implementação

da FC6, que equiparou o salário com os das capitais, também foi mantida a FC1 como função de assistente, valorizando o segundo servidor do cartório. Essas medidas aumentaram a autoestima dos colegas, que muitas vezes enfrentavam dificuldades emocionais por estarem longe de suas famílias e referências. Assim, a equiparação foi um grande avanço na qualidade de vida dos servidores do Judiciário Federal.

**Fernanda Lauria** – Impactou muito positivamente. Havia um sentimento grande de desvalorização e desprestígio, principalmente dos servidores do interior, como se o trabalho deles fosse inferior ou valesse menos do que o trabalho dos servidores lotados na capital. Acabar com essa distorção e com essa falta de isonomia era fundamental para as pessoas se sentirem minimamente valorizadas e incluídas.

A criação das funções de assistente para os cartórios foi muito importante também pois valorizou o trabalho do primeiro grau. Em muitos TREs, sempre existiu uma distinção de tratamento extremamente nociva entre a sede e as zonas eleitorais, como se a sede fosse uma casta superior, quando na verdade a atividade fim da justiça eleitoral é realizada nas zonas eleitorais. São os servidores dos cartórios que tocam de fato as eleições e o atendimento ao eleitor. Valorizar as zonas eleitorais com a criação da função de assistente foi fundamental para amenizar esse sentimento. O servidor precisa ter a importância do seu trabalho reconhecida.



Reunião de chefes de cartório e dirigentes sindicais com o então futuro presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes



Reunião com o relator do PLDO 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PODE/PE) e com então líder do PT no Senado, senador Humberto Costa (PE)



# A CRONOLOGIA DO GOLPE

Em seu segundo mandato, Dilma Rousseff acabou abrindo o flanco ao optar pela tática de 2003 de Lula: adotar inicialmente uma política econômica mais ortodoxa. Deste modo, implementou algumas medidas impopulares, como o ajuste fiscal, que afetaram alguns direitos sociais e trabalhistas e alienaram boa parte da base social que a apoiava. Isso aumentou a pressão da direita golpista e do Congresso, por meio de pedidos de impeachment e aprovação de pautas-bomba no Congresso. O que atingiu a própria política equivocada de ajuste fiscal, fragilizando ainda mais a economia.

## IMPEACHMENT DE DILMA: O GOLPE QUE MARCOU A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO PAÍS

O impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, permanece como um dos eventos políticos mais trágicos da história recente do Brasil. O fato representou não apenas um afastamento inconstitucional de uma governante democraticamente eleita, mas também um sinal pujante da ascensão da extrema-direita no país.

Em meio à grave crise econômica e a uma série de escândalos de corrupção que abalaram diferentes esferas políticas, o Brasil enfrentava um momento delicado. Diante desse cenário, o governo Dilma, marcado por impopularidade e tensões no Congresso Nacional, e sob ataque cerrado da mídia empresarial, tornou-se um terreno fértil para uma polarização política ainda mais acirrada e especialmente para a tentativa bem sucedida da direita de chegar ao po-

der pela via do golpe, uma vez que eleitoralmente não o conseguia.

A discussão em torno do impeachment dividiu a nação em dois campos diametralmente opostos. De um lado, justificando o processo, argumentava-se que as chamadas “pedaladas fiscais” e os decretos de crédito suplementar eram crimes de responsabilidade fiscal, ainda que não houvesse qualquer lastro legal ou constitucional nesse sentido. Do outro, muitos denunciavam que a cassação do mandato representava um golpe político, uma tentativa de derrubar um governo legitimamente eleito.

Como se não bastasse, a manobra para tirar Dilma do poder apresentava diversos elementos machistas. Durante todo o processo, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, enfrentou muitas críticas, além de tratamento diferenciado, devido ao seu gênero. Essa dinâmica evidenciou a violência política de gênero que, de velada, escancarou-se de vez.

## TEMER SANCIONA LEI QUE AUTORIZA OS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

E, se havia alguma dúvida de que o impeachment de Dilma foi golpe, tal narrativa foi por água abaixo. Exatos dois dias após o impeachment, o governo não eleito de Michel Temer sancionou a Lei 13.332/2016, que flexibilizou as regras para abertura de créditos suplementares sem a necessidade de autorização do Congresso. Ou seja, a abertura desse tipo de crédito

via decreto, uma das justificativas para cassar o mandato de Dilma, passou a ser expressamente permitida.

“Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais abertos ou reabertos, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário estabelecida para o exercício de 2016”, destaca o artigo 4º da Lei.

## O DISCURSO DE BOLSONARO E SUAS IMPLICAÇÕES

Entre os diversos momentos repulsivos do processo de destituição da presidenta, alguns chamaram a atenção. O discurso de Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment na Câmara, por exemplo, foi um prenúncio da ascensão da extrema direita conservadora no Brasil.

A parte final do seu voto foi dedicado ao coronel Brilhante Ustra, um dos maiores criminosos da nossa história, que comandou o DOI-CODI, um centro de tortura e morte durante a ditadura militar, onde centenas de pessoas sofreram atrocidades. Entre as vítimas, estava Dilma Rousseff, na época uma jovem militante contra a Ditadura Militar e que mais tarde viria a ser eleita presidenta da República.

“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”, disse o então deputado federal.

Ao louvar um torturador, Bolsonaro cometeu o crime de apologia à tortura e deveria ter sido preso em flagrante naquela sessão. Porém, ao invés disso, viria a se eleger presidente da República apenas dois anos depois. O seu desprezo pelos direitos humanos e pela democracia, comprovados naquele fatídico dia, foram reafirmados durante os quatro anos de seu mandato como presidente. Vale ressaltar que o gesto chocante não foi um caso isolado, mas o reflexo de uma tendência mundial de ascensão da direita radical. Em vários países, grupos conservadores e autoritários ganharam força e influência, alterando o cenário político global.

## ATENTADO À DEMOCRACIA E AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

O golpe jurídico-midiático-parlamentar revelou-se um grave atentado à democracia e aos direitos dos trabalhadores. A partir desse evento, como Dilma previu em seu pronunciamento após a consumação do impeachment, desencadeou-se uma série de retrocessos significativos nas esferas política, social, trabalhista, ambiental e cultural. Era o despertar de um dos períodos mais sombrios da história do Brasil, marcado pela ascensão de governos neoliberais, ligados à ex-



Ocupa Brasília em 2017

trema direita, que promoveram o aprofundamento do processo de desmonte do Estado e dos direitos sociais da população.

Sob o pretexto de combater a corrupção e a crise econômica, esses governos implementaram uma série de reformas que beneficiaram apenas os interesses do mercado e dos grupos mais privilegiados da sociedade, enquanto agravaram a desigualdade, a pobreza e a violência no país.

A introdução de políticas de austeridade pelo governo Temer marcou o início de um período de desmantelamento das iniciativas de proteção social. Dentre tais políticas, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional 95, ainda em 2016. A medida buscou congelar os investimentos públicos por um período de 20 anos, o que afetou gravemente áreas essenciais às camadas mais vulneráveis da sociedade, como saúde e educação.

Esse cenário foi agravado pelo aprofundamento da crise econômica, que resultou no aumento do desemprego, na falta de segurança social e no crescimento exponencial da pobreza.

## REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA APROFUNDARAM DESIGUALDADES

Aprovada em 2017, a reforma trabalhista de Michel Temer foi uma das principais bandeiras do golpe e contou com o apoio dos setores empresarial, parlamentar, jurídico e midiático, que se articularam para derrubar a presidenta Dilma e impedir a candidatura de Lula. A medida alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e retirou direitos históricos da classe trabalhadora.



Ação violenta da polícia

Entre as alterações, está a prevalência do negociado sobre o legislado, a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente, a ampliação da jornada parcial, a flexibilização da jornada, a redução do intervalo intrajornada, o fim da contribuição sindical obrigatória, a limitação do acesso à Justiça do Trabalho, a responsabilização do trabalhador por custos processuais e honorários, a restrição da gratuidade da Justiça, a limitação da atuação dos sindicatos e da fiscalização do trabalho, entre outras.

As medidas foram vendidas como forma de modernização da legislação trabalhista e geração de empregos. Mas, na verdade, não foi bem isso que aconteceu. Pelo contrário, as regras aprovadas tiveram um efeito devastador na vida do trabalhador.

Ao invés de estimular a contratação, a reforma incentivou a demissão em massa de trabalhadores com carteira assinada e direitos, para a contratação de outros, sem qualquer proteção trabalhista, tudo amparado pela Lei. A nova legislação aumentou ainda a rotatividade, a informalidade e a exploração da mão de obra, já que os patrões passaram a ter pouco, ou quase nenhum, encargo com seus funcionários.

Além disso, a reforma trabalhista se mostrou um duro golpe para o movimento sindical, principal instrumento de luta da classe trabalhadora. Com os vários retrocessos impostos, muitas entidades viram sua arrecadação cair consideravelmente, o que, por consequência, enfraqueceu a luta em defesa dos trabalhadores.

Como se não bastasse a reforma trabalhista, Temer ainda tentou emplacar uma reforma da previdência igualmente nociva para os trabalhadores. Porém, a luta conjunta de diversas categorias, que contou inclusive com uma forte greve geral em 2017, impediu o avanço do projeto.

Já a reforma da Previdência de Jair Bolsonaro, aprovada em 2019, deu continuidade ao projeto neoliberal de Michel Temer, usando como justificativa o mesmo velho e falso discurso de que seria necessária mais uma reforma para evitar a quebra da previdência social.

A medida piorou muito as regras de aposentadoria e pensão para os trabalhadores do setor público e privado, aumentando a idade mínima, o tempo de contribuição e a alíquota de desconto, além de outras modificações que impactaram diretamente na qualidade de vida dos beneficiários.

Assim como na reforma trabalhista, as mudanças na legislação também foram apresentadas como algo bom para a população. O governo e sua base aliada venderam a proposta como forma de combater o suposto déficit da Previdência e de garantir a sustentabilidade do sistema. No entanto, as novas regras tinham o objetivo de reduzir os gastos públicos com a seguridade social e abrir espaço para a privatização da Previdência, por meio do regime de capitalização, inclusive com incentivos à adesão e à migração à Funpresp, no caso dos servidores públicos federais.

Como era de se esperar, a nova Previdência em nada cumpriu com o que prometeu. Longe disso, aumentou profundamente as desigualdades social, de gênero e de raça, e segue penalizando os segmentos que mais precisam de proteção: os trabalhadores mais pobres, as mulheres, os negros, os rurais, os professores, os servidores públicos e as pessoas com deficiência.

Diante desse cenário de retrocessos e de ataques aos direitos dos trabalhadores, a Fenajufe e seus sindicatos filiados não se intimidaram. Pelo contrário, se engajaram ativamente na luta em defesa dos direitos sociais, da democracia e da soberania nacional, junto a outras entidades sindicais e movimentos organizados.

Foram diversas mobilizações, greves, paralisações, atos, marchas, caravanas, vigílias, acampamentos, au-

diências públicas, seminários, debates, campanhas e articulações no Congresso Nacional, buscando barrar as reformas.

## **PRIVATIZAÇÕES COLOCARAM EM RISCO A SOBERANIA NACIONAL E OS DIREITOS SOCIAIS**

Mas os ataques dos governos ultradireitistas de Temer e Bolsonaro não foram somente contra o povo brasileiro e seus direitos. A soberania nacional esteve ameaçada e sofreu duros golpes devido ao acelerado processo de desmonte com a venda de empresas públicas estratégicas, o corte de investimentos sociais, a redução do papel regulador do Estado e a entrega de recursos naturais e de patrimônios culturais ao capital privado, nacional e estrangeiro.

Temer e Bolsonaro seguiram a cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI), que prega a redução do Estado ao mínimo, a abertura da economia ao mercado internacional e o ajuste fiscal baseado no corte de investimentos públicos. Essa receita de Estado, que já fracassou em diversos países, mas ainda é utilizada naqueles mais dependentes do capital estrangeiro, não traz benefícios para o desenvolvimento econômico e social do país, mas apenas para os interesses dos rentistas e especuladores.

Numa mistura de oportunismo e desespero, Michel Temer aprofundou e lançou um “pacote de privatizações” que incluía a Casa da Moeda, o aeroporto de Congonhas e 55 outras empresas estatais, no que seria a maior desestatização desde a era FHC.

Para dar cabo de tamanha demanda em apenas dois anos, foi criado o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que alavancaria os projetos de vendas e concessões. O que não aconteceu. Ao final do governo ilegítimo de Michel Temer, 52% dos projetos iniciados foram levados a cabo e se concentraram fundamentalmente no setor de petróleo e energia. Ou seja, graças à incompetência da gestão, os prejuízos não foram piores.

Por sua vez, Bolsonaro deu continuidade ao desmonte e privatizou 36% das estatais brasileiras. No início de seu governo, a União administrava 209 empresas. Ao final do mandato, o número havia baixado para 133.

A desestatização de companhias estratégicas como Eletrobras, Liquigás, BR Distribuidora, Refinaria Landulpho Alves (atual Mataripe) e Docas do Espírito Santo (Codesa), entre outras, foi um grande prejuízo que a política entreguista de Bolsonaro deu à nação.

Quando o Estado perde o controle de setores estratégicos da economia e entrega riquezas nacionais a grupos privados, a população passa a sofrer com a precarização de serviços que antes eram públicos, com o aumento abusivo das tarifas, com constante demissão de trabalhadores, além da redução de direitos trabalhistas.

Ao assumir a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva interrompeu o processo frenético de desestatização que estava em curso. Recém-empossado, Lula determinou a revogação dos atos que davam seguimento à privatização de oito estatais, entre elas a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev; o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

## **MP 873/2019: LUTA DA FENAJUFE E DE ENTIDADES SINDICAIS BARRAM NOVO ATAQUE DE BOLSONARO AOS SINDICATOS**

Se não bastasse o fim da contribuição obrigatória promovida por Michel Temer na reforma trabalhista, Bolsonaro tentou desmontar de vez os sindicatos com a Medida Provisória (MP) 873/2019. A normativa tinha como objetivo destruir os sindicatos do país e silenciar a voz da classe trabalhadora.

Entre outros ataques, a MP proibia o desconto em folha das mensalidades sindicais, o que obrigaria os trabalhadores a pagar por meio de boleto bancário, dificultando muito o financiamento dos sindicatos.

Graças ao esforço conjunto das entidades sindicais, a inconstitucionalidade da MP 873/2019 foi reconhecida e em junho de 2019 a medida deixou de ter validade, pois não foi apreciada pelo Congresso Nacional. A vitória evidenciou a importância da unidade e resistência contra as ameaças aos direitos dos trabalhadores.

## **BOLSONARO ATACA AS URNAS ELETRÔNICAS PARA DESESTABILIZAR A DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Sem apresentar nenhuma prova, Bolsonaro fez diversas críticas às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral brasileiro desde sua eleição em 2018. Mesmo infundados, esses ataques eram perigosos, pois ameaçavam a democracia e a estabilidade do país.

De forma estratégica, o ex-presidente colocou em dúvida a legitimidade do sistema eleitoral na intenção de preparar o terreno para contestar o resultado das eleições de 2022, caso não fosse reeleito. Ele chegou à sandice de declarar que só aceitaria o resultado se o voto fosse impresso, uma proposta que foi rejeitada pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ser inconstitucional e desnecessária. Ao questionar a confiabilidade das urnas, Bolsonaro tentou criar um cenário de caos e violência, que justificasse uma intervenção militar ou um golpe de Estado, como já havia defendido em outras ocasiões.

Além disso, o debate sobre as urnas eletrônicas também serviu como uma cortina de fumaça para encobrir os fracassos e irresponsabilidades de seu go-



verno, desviando o foco de problemas como a crise econômica, a ineficiência no enfrentamento à pandemia de covid-19 e as denúncias de corrupção, que afetavam duramente sua popularidade e sua imagem.

Outra possível motivação que levou o ex-capitão do Exército a não recuar nas críticas ao processo eleitoral foi manter a motivação de seus apoiadores mais fiéis, que acreditavam nas suas acusações sem provas e que também defendiam uma intervenção militar no país. Assim, ele aumentou sua força política e sua pressão sobre as instituições democráticas.

Como se não bastasse, ao desacreditar as urnas, Bolsonaro também tentou deslegitimar a Justiça Eleitoral e seus servidores, que são os responsáveis pela organização e fiscalização das eleições e que garantem a lisura e a transparência do processo eleitoral. Ao mesmo tempo, ao desrespeitar as decisões do STF, que é o guardião da Constituição e dos direitos fundamentais, o ex-presidente buscou desmoralizar o Judiciário, que impôs limites aos seus abusos e arbitrariedades.

Mas, independentemente de seu discurso, Bolsonaro perdeu as eleições de 2022. Nem o uso da máquina pública, da máquina de fake News e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que promoveu operações no segundo turno para atrapalhar a votação nos locais em que Lula tinha evidente maioria, evitou que ele firmasse o marco de ser o primeiro presidente com mandato a não se reeleger, desde a redemocratização do país. Como esperado, sua base eleitoral se recusou a aceitar a decisão através do voto popular e promoveu manifestações, bloqueio de estradas, vigílias em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília e depredação de patrimônio público e privado.

Foram dois meses de tensão, desde o segundo turno das eleições até a posse do novo presidente. Mas o estopim aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023, quando a capital da República viveu um momento dramático. Cerca de 4 mil bolsonaristas radicais, ainda inconformados com a derrota nas eleições, invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. Os ataques golpistas foram planejados e coordenados por meio das redes sociais, onde circularam convocações e vídeos de caravanas de ônibus chegando a Brasília nos dias anteriores.

Ao todo, 243 pessoas foram presas durante os atos que resultaram na depredação dos edifícios do Palácio do Planalto, do STF e do Congresso Nacional. Outras 1.927 pessoas que estavam no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército foram detidas no dia seguinte.



Supremo Tribunal Federal após atos golpistas do 8 de Janeiro

A reação das autoridades foi imediata. O presidente Lula decretou intervenção na segurança do Distrito Federal, e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, afastou o governador Ibaneis Rocha (MDB) por 90 dias, sob a acusação de omissão e conivência com os golpistas. Posteriormente, o Congresso Nacional criou a CPI do 8 de Janeiro para investigar os responsáveis e as motivações dos ataques.

## ATOS EM DEFESA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Entidades sindicais, movimentos sociais e partidos políticos convocaram a realização de atos de repúdio à invasão e em defesa da democracia em quase todas as capitais de estados e muitas outras cidades em todas as regiões brasileiras. As manifestações reuniram milhares de pessoas.

## JULGAMENTOS

Em setembro de 2023, o STF julgou os três primeiros réus classificados como executores dos atos de 8 de janeiro, condenando-os a penas entre 14 e 17 anos de prisão pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

No mês de outubro, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as ações antidemocráticas de 8 de Janeiro, após constatar existirem elementos indicativos de autoria e materialidade, aprovou o pedido de indiciamento contra Jair Bolsonaro por quatro possíveis crimes previstos no Código Penal: associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Junto ao ex-presidente, também foi aprovado o indiciamento de mais 60 pessoas, dos quais cinco ex-ministros e oito generais das Forças Armadas, todos acusados de tentativa de golpe de Estado durante a invasão das sedes dos Três Poderes.

# FENAJUFE FOI RESISTÊNCIA DIANTE DOS ATAQUES DE TEMER E BOLSONARO

Os últimos anos foram marcados por intensos ataques aos servidores públicos e a todo o conjunto da classe trabalhadora. Sob os governos Temer e Bolsonaro, mais do que nunca, fez-se necessária a atuação do movimento sindical em defesa dos direitos. E, nesse cenário, a Fenajufe foi resistência. É o que destaca o coordenador de Imprensa e Comunicação da entidade, Charles Bruxel.

O dirigente lembra que foram tempos difíceis. Além de todas as tentativas de sucateamento dos serviços públicos e da desvalorização dos servidores, as gestões dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Jair Messias Bolsonaro (PL) foram marcadas também pela total ausência de diálogo entre representantes do governo e do movimento sindical.

Veja a entrevista:

## Como você descreveria a relação entre os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro e os servidores do judiciário?

Na verdade, não houve a construção de uma relação nesses governos, de uma mesa de negociação. Não havia uma preocupação com a valorização dos servidores, com a reposição mesmo do quadro de servidores. Então, é uma relação que, por parte do governo, não se instaurou. Eram os servidores com suas demandas e necessidades, e os governos alegando que não tinham dinheiro para nada e ignorando qualquer proposta e tentativa de negociar alguma coisa.

## Quais foram as principais medidas ou políticas adotadas pelos governos de Temer e Bolsonaro que afetaram diretamente os servidores do judiciário?

No período Temer, creio que a principal medida que ele conseguiu emplacar foi o teto de gastos, que arrochou severamente o orçamento e limitou demandas de reposição do quadro de servidores e salariais, de modo que isso dificulta até hoje a questão dos reajustes. Tudo “estoura” o teto de gastos. O governo



ainda tentou emplacar uma reforma da Previdência que, com a grande mobilização dos trabalhadores, tanto públicos quanto privados, acabou sendo barrada em 2016/2017. Teve também a reforma trabalhista, que não teve um impacto direto nos servidores, mas prejudicou bastante a Justiça do Trabalho, diminuiu muito a quantidade de processos, por dificultar o acesso à Justiça, e colocou os holofotes da mídia e boa parte da sociedade sobre a Justiça do Trabalho, “culpando-a” por supostos excessos protetivos aos trabalhadores. Ambos os governos implementaram uma política de arrocho salarial. O Temer até chegou a sancionar um reajuste que tinha sido negociado no período da Dilma, mas, depois disso, instaurou-se uma era de congelamento salarial e ausência de reposição de servidores. Com Bolsonaro veio novamente a proposta de reforma da Previdência, que a classe trabalhadora tentou barrar de todas as formas, com muitas mobilizações, mas que acabou passando e piorando muito o valor das aposentadorias e pensões e endurecendo muito os critérios para a pessoa poder se aposentar. Piorou em todos os sentidos. Foi uma reforma duríssima. Bolsonaro tentou também aprovar a reforma administrativa, que visava preca-

rizar os vínculos na administração pública, acabar com a estabilidade, permitir nomear ainda mais pessoas de fora do quadro efetivo do serviço público, terceirizar tudo, enfim. Mas a mobilização dos trabalhadores e da sociedade conseguiu barrar essa iniciativa.

Também se instaurou uma política muito clara de perseguição e crítica pública à Justiça do Trabalho e à Justiça Eleitoral e isso, com certeza, mexeu na imagem das instituições e deixou os servidores tensos, com ameaças de golpe de Estado e/ou com ameaça de extinção da Justiça do Trabalho ou incorporação a outro ramo. Esse pano de fundo acompanhou todo o período bolsonarista.

### **Como essas medidas afetaram a motivação e o moral dos servidores? Houve repercussões no funcionamento do Judiciário?**

O Judiciário é independente. Então, de um certo modo, tem alguma blindagem para não ser afetado tão diretamente por todos os desmandos do presidente da República. Mas a política de restrição orçamentária acabou gerando um cenário geral de arrocho salarial constante e falta de reposição de servidores. Isso desanimou bastante os servidores. A falta de reposição de servidores sobrecarrega quem está na ativa, porque pessoas se aposentam e não entram outros colegas no lugar. A questão da tentativa de reforma administrativa, apesar de barrada durante o governo Bolsonaro, até hoje é uma sombra que a ala política mais liberal fica tentando ressuscitar e “empurrar goela abaixo”. Isso gera uma tensão grande porque coloca em risco os nossos cargos, nossa estabilidade, nossa projeção de futuro. Então ser tratado como um “inimigo” pelo governo da ocasião prejudica a motivação e o moral dos servidores.

Por outro lado, a lamentável aprovação da reforma da Previdência também implicou em diversos prejuízos. Muita gente estava na iminência de se aposentar e teve

**“Muita gente estava na iminência de se aposentar e teve que trabalhar mais anos ou se submeteu a uma aposentadoria com um valor menor”**

Charles Bruxel  
Coordenador de Imprensa e Comunicação



que trabalhar mais anos ou se submeteu a uma aposentadoria com um valor menor. Então, tudo isso é desestimulante, tanto para quem está na carreira quanto para quem quer se aposentar. Fica todo mundo prejudicado.

### **Qual foi a resposta da Fenajufe diante dessas medidas? Houve mobilizações ou greves em resposta aos ataques?**

A gente sempre buscou uma ampla mobilização e articulação. A Fenajufe convocou os sindicatos de base, tentando atuar de forma conjunta com o restante do funcionalismo nas pautas que atingem diretamente os servidores, ou junto com outros segmentos de trabalhadores, nas pautas que atingem a todos. E sempre com muita articulação nos estados e em Brasília, dentro do Congresso Nacional, fazendo pressão para tentar convencer que as propostas eram ruins, que iam prejudicar a população e, claro, os próprios servidores. Fizemos uma mobilização bem forte com o conjunto do funcionalismo público.

### **Em sua opinião, qual foi a justificativa ou argumentação dada pelos governos de Temer e Bolsonaro para essas medidas que afetaram os servidores do judiciário?**

Os governos Temer e Bolsona-

ro têm um perfil bem alinhado ao neoliberalismo. Então, para eles, os trabalhadores, os servidores, não passam de uma despesa que precisa ser reduzida ao máximo possível. Não há nenhum foco em valorização, em tentar melhorar as condições de trabalho. O objetivo é reduzir custos. Um momento que ilustra bem a visão do governo Bolsonaro, mas que em boa parte reflete também o governo Temer, foi a fala do Guedes naquela reunião que veio à tona: “Enquanto o pessoal tá distraído, a gente coloca uma granada no bolso no inimigo.” Para eles, o inimigo eram os servidores públicos. É a visão de que somos um gasto, um custo que tem que ser reduzido ao máximo, como se a gente não prestasse um trabalho em contrapartida ao que a gente ganha. E o objetivo é reduzir os gastos públicos a qualquer custo, literalmente, prejudicando a qualidade dos serviços e a população, consequentemente. Todas as justificativas giram em torno de uma questão orçamentária e ideológica, de achar que o Estado tem que ser mínimo, não importando as consequências danosas que isso implica.

### **Como a relação entre os servidores do Judiciário e o governo evoluiu ao longo desses períodos, e agora no governo Lula?**

A relação foi tensa desde o go-

verno Temer e foi piorando ainda mais no período Bolsonaro. Com o governo Bolsonaro essa tensão se radicalizou porque ele já abriu o mandato falando da possibilidade de extinção da Justiça do Trabalho e ficou todo o mandato colocando em suspeição a Justiça Eleitoral e, conseqüentemente, todo o quadro de servidores. Também teve a ameaça de uma ruptura democrática, a reforma da Previdência, a reforma administrativa que o governo tentou a todo custo passar e, como pano de fundo maior, o arrocho salarial, um congelamento salarial total. O governo não fez nenhum esforço para repor ao menos a inflação. Não deu nada. Um zero total. Foi isso que marcou esse período do governo Bolsonaro.

O Temer, como falei, chegou até a sancionar um projeto de lei que deu alguma recomposição aos servidores. O projeto foi montado ainda sob o governo da Dilma, foi articulado, mas a finalização dos trâmites foi no governo dele que, ao menos, não embarreirou essa proposta. De qualquer modo, o governo Temer também foi muito duro, emplacou reforma trabalhista, queria reforma da Previdência, aprovou o teto de gastos. Mas o ápice do desmonte e do caos foi, sem dúvidas, o período Bolsonaro.

No governo Lula, agora, temos ainda as dificuldades inerentes a qualquer governo, mas, pelo menos, é um governo que se propõe a debater, a compor mesa de negociação, se preocupa minimamente com a questão de uma reposição salarial. No final do ano passado, naquele período em que o governo Lula praticamente já tinha assumido, conseguimos, em parceria com outras categorias, aprovar um reajuste parcelado. O governo Bolsonaro já tinha sumido de cena e as articulações do Congresso aconteceram sob a chancela do novo governo, tendo o projeto do reajuste sido sancionado em janeiro, com o Lula. Então, já foi aprovado um reajuste para todos os servidores e há uma mesa de negociação

para debater os problemas do serviço público. Mesmo com todas as dificuldades que a gente sabe que tem, pois nada é maravilhoso, pelo menos é um governo que tem um direcionamento para o diálogo, que não está a todo custo tentando passar projetos que vão nos prejudicar diretamente. Ainda há uma pressão do Congresso para passar a reforma administrativa gestada no governo Bolsonaro, mas o governo Lula, que até pensa em uma reforma administrativa que não sabemos como vai ser direito, não defende a proposta elaborada no governo ultraliberal de Bolsonaro, com fim da estabilidade, precarização total, terceirização generalizada. Então, a relação com o governo Lula é uma relação melhor. Com certeza uma relação bem melhor. Há uma relação minimamente digna atualmente.

### **Você acredita que esses ataques aos servidores do judiciário tiveram impactos mais amplos no sistema judiciário ou no acesso à justiça no Brasil?**

Isso é um pouco subjetivo. Acho que o sistema Judiciário em geral conseguiu responder e resistir bem a todas as críticas e aos ataques. Foram ataques contra as instituições. A desvalorização, o arrocho, todas as medidas objetivas que prejudicaram os servidores. Os servidores continuaram fazendo seu trabalho, prestando um bom serviço à população brasileira, se dedicando, apesar de todos os problemas, condições de trabalho, congelamento salarial.

Felizmente, o bolsonarismo não ficou tempo suficiente no poder para se entranhar nas instituições ao ponto de danificá-las significativamente. A justiça, em geral, não teve uma sequela permanente. O perfil da instituição não mudou, os servidores não mudaram e o acesso à Justiça não ficou mais restrito. Essas políticas neoliberais e as tentativas de perseguição, de criminalização do serviço público,

não conseguiram prevalecer.

Claro que a gente tem críticas a algumas decisões, principalmente do STF e em matéria de direitos sociais, mas são questões estruturais que não dá pra colocar na conta desse período trágico da nossa história. É uma coisa que vai além. É um problema mais amplo, de ideologia, de consciência. O importante é que o Judiciário sobreviveu e, com a restauração de um governo que tem um mínimo apreço pela democracia e pelas instituições, agora é possível avançar.

### **Finalmente, como você vê o futuro em relação aos direitos e condições dos servidores do judiciário, com o retorno de um governo progressista?**

Eu nunca consigo ser extremamente otimista, mas acho que temos um governo dentro do campo democrático, que não fica ameaçando as instituições, nem fica o tempo inteiro tentando retirar direitos, defendendo congelamento salarial ou nos tratando como "parasitas", já é um avanço gigantesco. A gente, pelo menos, tem a perspectiva de algo, ainda que com todas as dificuldades, pois o orçamento continua completamente engessado e o Congresso não tem um perfil alinhado com o governo e sim um perfil que, ideologicamente, é majoritariamente mais de centro-direita. Apesar de tudo isso, a gente vê um aceno de possibilidade de melhoria de condições de trabalho. E, com certeza, chega a ser um certo alívio não ter que ficar trabalhando com um presidente da República criando tensões institucionais com o Poder Judiciário, sempre defendendo propostas contra os servidores, se negando a dialogar ou a levar em consideração qualquer reajuste, ainda que inflacionário. Então, com certeza, o retorno de um governo progressista, com todas as suas limitações concretas, foi algo fundamental para termos esperança de algum futuro, de algum avanço.

# FENAJUFE de CASA NOVA

**E**m abril de 2022, a Fenajufe inaugurou sua nova sede, fruto da determinação e empenho da 10ª Diretoria Executiva. Esse marco representa o compromisso da entidade em oferecer um espaço de acolhimento aos sindicatos, dirigentes e todo e qualquer servidor ou servidora que precise de apoio. Mais do que um local de organização e trabalho, as novas instalações simbolizam o compromisso da Federação com o fortalecimento das atividades sindicais, reafirmando seu papel como uma instituição atuante e comprometida com a defesa dos interesses da categoria e se destacando como referência de excelência no cenário sindical.



**SALA DE REUNIÕES**



**SALA DOS SINDICATOS**



**RECEPÇÃO**



**AUDITÓRIO**



**COPA**

## COVID-19

### O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA E NO TRABALHO DAS SERVIDORAS E DOS SERVIDORES DO PJU E MPU

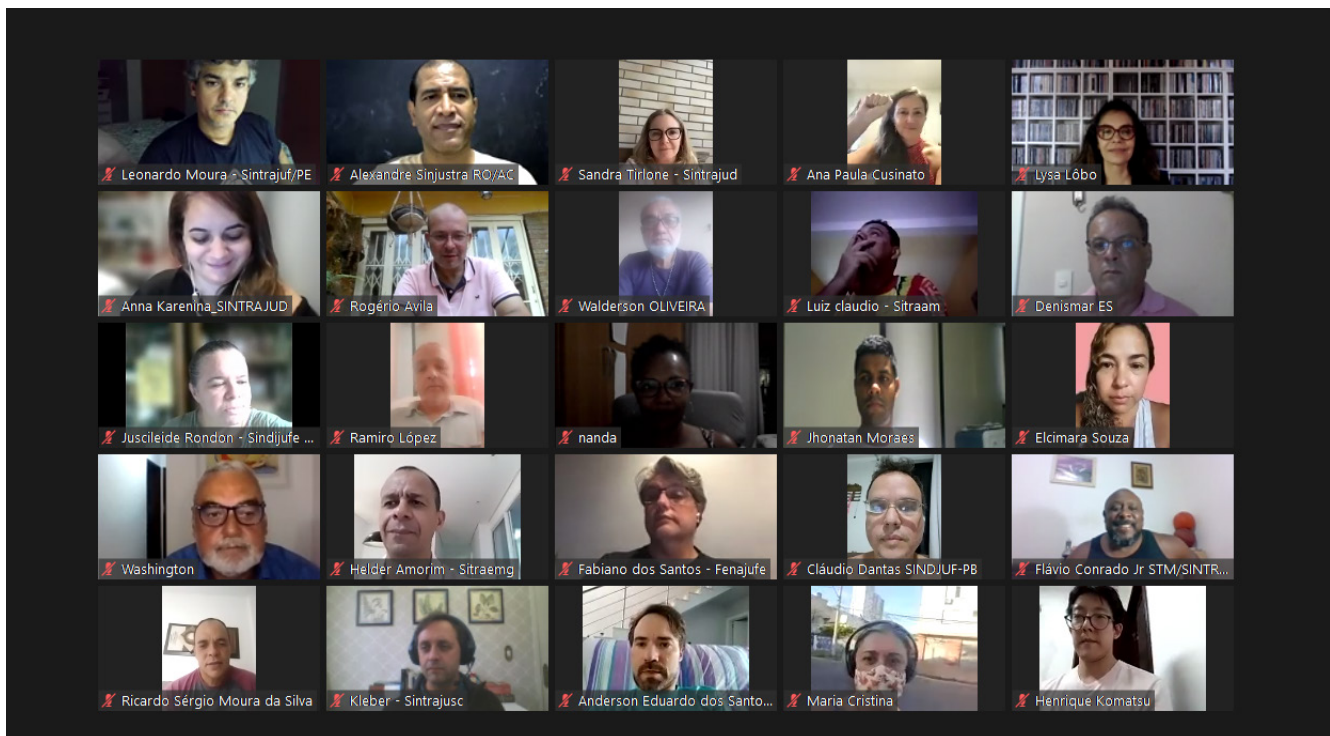
A pandemia de SARS-CoV2, que causou a morte de mais de 700 mil pessoas no Brasil, devido à negligência de Bolsonaro que demorou a comprar a vacina e tratou a covid-19 como uma gripezinha ou resfriadinho, trouxe uma série de mudanças na forma como as pessoas viviam, se relacionavam e trabalhavam. Uma dessas mudanças foi a adoção generalizada do trabalho remoto por diversos setores da economia, incluindo o Judiciário Federal e o Ministério Público da União (MPU). Essa modalidade de trabalho, que já era uma demanda da categoria e uma realidade ainda embrionária, se tornou uma necessidade diante da crise sanitária, mas também uma fonte de desafios, dificuldades e problemas para a rotina, a saúde mental e os direitos dos trabalhadores.

O teletrabalho já existia em algumas justiças, como a Federal e a Trabalhista, mas tinha uma limitação rígida, seguindo as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que regulamentavam a modalidade. Com a pandemia, porém, 100% da categoria foi colocada em trabalho remoto por questões sanitárias, de forma abrupta, sem planejamento e sem os recursos, as condições e o apoio adequados. A Justiça Eleitoral, por exemplo, não tinha teletrabalho ainda e teve que se adaptar rapidamente à nova realidade. Em um mês, após intenso trabalho dos servidores da área de TI, a categoria já estava acessando os sistemas de forma remota, de casa, mas sem a infraestrutura necessária.

Além da parte estrutural, o trabalho remoto em larga escala também trouxe uma série de questões que afetam a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores. Uma delas foi a falta de limites entre o horário do expediente e o de descanso, gerando uma sensação de disponibilidade permanente para o trabalho e de ausência de autonomia e de vida pessoal. Outra foi a sobrecarga de trabalho, especialmente para as mulheres, que tiveram que conciliar o trabalho on-line, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, enfrentando um conflito entre as demandas profissionais e familiares, numa jornada interminável.

Além disso, a pandemia teve um impacto negativo na saúde mental dos servidores, que tiveram que lidar com o isolamento social, a ansiedade, o medo, a tristeza e a angústia. Com o trabalho remoto imposto, muitos sentiram falta do contato com os colegas, do convívio social, da rotina e da identidade profissional. Outros tantos tiveram que enfrentar perdas irreparáveis de familiares, amigos e conhecidos, vítimas da Covid-19. Essa situação levou a quadros de depressão, estresse, síndrome de burnout e síndrome do pânico.

A mudança na modalidade de trabalho, que no pós pandemia se mostrou muito boa para os servidores, também apresentou uma nova dificuldade para os sindicatos, que tiveram que se reinventar para mo-



Durante a pandemia, a Fenajufe se adaptou ao ambiente virtual para garantir a continuidade da luta

bilizar uma categoria que majoritariamente estava em casa. Como fazer a comunicação, a organização e a mobilização em um cenário de fragmentação e de locais de trabalho vazios? Como fortalecer a luta coletiva e a solidariedade de servidores que passaram a trabalhar isolados e deixaram de conviver diariamente com seus colegas?

Essas são algumas das questões que a pandemia acabou trazendo para o debate e para a reflexão dos servidores do Judiciário e do Ministério Público e seus sindicatos. O trabalho remoto é uma experiência ambígua e desafiadora, que tem benefícios, mas também riscos e limitações. É preciso discutir e regulamentar essa modalidade de trabalho, garantindo os direitos, as condições e a qualidade de vida dos trabalhadores e fortalecendo a organização e a mobilização da categoria.

## ATUAÇÃO DA FENAJUFE NO PERÍODO PANDÊMICO

O trabalho remoto foi uma importante ferramenta para resguardar a vida dos servidores e seus familiares. Tanto a Fenajufe quanto os sindicatos de base atuaram intensamente para que todas as medidas sanitárias cabíveis fossem adotadas e integralmente respeitadas pelas administrações dos tribunais e conselhos durante o período pandêmico.

Em meio aos desafios impostos pela crise de saúde global, a Federação manteve uma atuação incansável, adaptando-se rapidamente ao ambiente virtual para garantir a continuidade de suas atividades em defesa dos interesses e direitos dos servidores e servidoras do PJU e do MPU.

Com o intuito de combater a desinformação e as

fake news, a entidade lançou a plataforma Ação Covid-19, que incluía o acompanhamento permanente do cenário da pandemia e a produção regular de matérias, além de atualizações constantes sobre as condições de trabalho e medidas protetivas. Nesse período, foram promovidos diversos encontros virtuais para manter a proximidade com a categoria e ampliar a capacidade de mobilização e engajamento dos servidores e servidoras. Vale destacar que o curso de 'Formação de Lideranças' atingiu a expressiva marca de 18 mil visualizações.

Sempre demonstrando preocupação e zelo com a saúde da categoria, a Fenajufe solicitou medidas protetivas para todos os servidores e servidoras, em especial para aqueles e aquelas que exercem funções essenciais e que não pararam de trabalhar presencialmente durante os períodos de lockdown.

Mesmo com todo esmero, muitas vidas foram ceifadas durante a pandemia, incluindo as de dois ex-diretores da Fenajufe, Denis Lopes Franco e Acácio Henrique Aguiar. Foram perdas irreparáveis que ainda são profundamente sentidas por todos e todas. Na abertura do XI Congrejufe, realizado de forma híbrida em abril de 2022, foi dedicado um momento de silêncio e exibido um vídeo com a listagem dos mais de 200 mortos da base da Federação.

Assim, a atuação da Fenajufe durante o período pandêmico destacou-se não apenas por sua resiliência, mas também por uma dedicação inabalável em defender os interesses e garantir a saúde e bem-estar dos servidores e das servidoras do Judiciário Federal e do MPU em todo o Brasil.

# SAÚDE, CAPACITISMO E ASSÉDIO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL



Para a coordenadora de Organização Sindical e Políticas Institucionais, Denise Carneiro, o assédio é uma questão institucional

Em entrevista, as coordenadoras da Fenajufe, Luciana Martins Carneiro, de Imprensa e Comunicação, e Denise Carneiro, de Organização Sindical e Políticas Institucionais, revelam os desafios e as conquistas dos servidores do Judiciário Federal. As dirigentes destacam as lutas da Federação e dos sindicatos de base pela saúde, pelo combate ao capacitismo e ao assédio, e pela defesa dos direitos e das condições de trabalho da categoria. Confira a seguir os principais trechos dessa conversa.

## Quais são as principais causas e consequências do assédio no Poder Judiciário e no Ministério Público da União?

**Denise** - O assédio faz parte da relação laboral no capitalismo, porque esse sistema impõe uma relação sustentada na exploração da mão de obra. O serviço público, apesar de não se basear no lucro, tem buscado aumentar as “entregas” (metas) com o mínimo de contrapartida para o trabalhador, em ritmo quase industrial seguindo os

ditames do mercado, sem oferecer condições para isso e em uma relação laboral marcada por excessivo formalismo, verticalização e hierarquia, com separação cada vez mais explícita entre os lugares ocupados por servidores e os ocupados por magistrados. Esse abismo se revela tanto nas tarefas como na remuneração. Além disso, entre o servidor e o jurisdicionado há um intermediário, o advogado, que se reveste de poder na cobrança aos servidores pelas suas entregas, e, na maioria das vezes, conta com a conivência das administrações.

Somado a tudo isso, o aumento da precariedade nas condições de trabalho contribui para o adoecimento, e a perda remuneratória impede o servidor a uma disputa por Função Comissionada que reflete a dinâmica da relação trabalhista existente fora do serviço público, de concorrência entre si. Esses ingredientes formam o caldo ideal para aumentar a vulnerabilidade do servidor e criar ambiente tóxico. Quando o servidor é novo no serviço se torna ainda mais vulnerável.

Por isso, a Federação tem relacionado esses temas acessórios quando trata da questão específica do assédio de todo tipo. Identificar essa relação é fundamental nas ações de combate a eles.

## O assédio é uma questão institucional no Judiciário? Como o CNJ e os órgãos do sistema de Justiça têm lidado com essa questão? Quais são os desafios e limitações dos mecanismos de combate ao assédio?

**Denise** - Sim, o assédio é uma questão institucional. Em iniciativa do CNJ, alinhado a normativos recentes (ou atualização dos antigos), o Judiciário foi posto em movimento para combater o assédio. Porém os mecanismos criados internamente não romperam com a extrema hierarquização das relações, nem com o corporativismo e nem com a cobrança de metas cada vez maiores. Ou seja, a intenção de evitar o assédio muitas vezes se revela apenas num desejo vazio de resultado concreto.



## Quem são os omissos em combater e punir casos de assédio no Judiciário Federal?

**Denise** - O omissos é o próprio Judiciário Federal, que elabora normas e procedimentos, mas o corporativismo dificulta uma investigação séria que resulte em punição aos (às) assediadores (as) quando este (a) é magistrado (a). Pode haver, sim, boa vontade em evitar, em acolher, em resolver, mas essa vontade costumeiramente esbarra nos limites do corporativismo que impera desde a formação das Comissões até suas atribuições. Isso inibe o servidor de denunciar e, quando o faz, o desgaste emocional é imenso, muitas vezes resultando em adoecimento.

## Como a resolução 351/2020 do CNJ, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário, tem sido aplicada e fiscalizada nas instâncias judiciais brasileiras?

**Denise** - Ela tem sido apresentada com boa vontade, mas se revela uma “carta de intenções”, pois os resultados práticos na vida do assediado só ocorrem quando a situação chega ao paroxismo e há embate fomentado pelos sindicatos e até a Federação, muitas vezes abrindo o problema à sociedade. A atualização da Resolução CNJ nº 351/20, ocorrida em 2023, trouxe avanços como retirar a necessidade do elemento “intencionalidade” para caracterizar um gesto como assédio, e também a exigência de incluir nas capacitações o estudo sobre o tema. Porém, regrediu no sentido de limitar a atuação das comissões de combate ao assédio nas primeiras instâncias. Elas não podem mais sequer conversar com suposto assediador quando este for magistrado. Para nós, isso representa a formalização da blindagem aos magistrados, dificultando a resolução amigável do problema. O CNJ não considerou que muitas denúncias são resolvidas apenas em conversas diretas entre as comissões e as partes envolvidas.

**“Há muito que avançar para estimular efetivamente que pessoas com deficiência integrem essas instâncias de decisão e representação sindical”**

Luciana Carneiro  
Coordenadora de Imprensa  
e Comunicação



## Qual a avaliação da atuação das entidades sindicais na defesa dos servidores públicos que sofrem assédio e discriminação no trabalho?

**Denise** - É imprescindível que a Federação e suas entidades de base fiscalizem a formação dessas comissões, participem delas e acompanhem o seu trabalho. Alguns tribunais somente inserem servidores nas comissões a partir das cobranças dos sindicatos. Mesmo com todas as dificuldades impostas pelas administrações e pelos limites de atuação amigável, as entidades precisam continuar acompanhando os casos por dentro e por fora das Comissões. Na minha opinião, a construção de um Plano de Carreira robusto precisa incluir esse tema conquistando direitos como, por exemplo, o de mobilidade a partir do interesse do servidor. Isso, sem dúvida, é um elemento importante de assédio. Não podemos aceitar qualquer tipo de assédio, em nenhum lugar, nem a servidor, terceirizado ou estagiário.

## Qual a avaliação sobre a situação do servidor João Carlos França Peres e qual sua opinião diante da moção de repúdio da Alesp e

## da apuração do CNJ e da Corregedoria-Geral da Justiça Federal?

**Luciana** - “Capacitismo também é assédio moral”. Toda a situação começou como uma forma de assédio moral, uma represália por João Carlos ter se manifestado em uma atividade do sindicato, na qual denunciou o que ocorria no Juizado Especial Federal (JEF). Imediatamente, logo após a atividade, teve sua função retirada sob alegação da sua chefia imediata de que ele era surdo seletivo e menino sensível e mimado.

Mesmo João Carlos tendo direito ao teletrabalho integral sem aumento de produtividade, baseado em resolução do CNJ, o magistrado Paulo Arena Filho afirmou que não havia espaço na unidade para o servidor, considerando que o não acréscimo de produtividade seria incompatível com o trabalho da unidade. Então, João Carlos foi colocado em disponibilidade, em uma clara demonstração de que o que importa são as metas, os números.

No dia da votação da moção na Alesp, que foi aprovada por unanimidade, João Carlos chorava de emoção, pois que a ação teria reflexos na luta anticapacitista no

judiciário e no funcionalismo público, dando muita visibilidade à campanha. E ele estava certo. Após a aprovação da moção, o caso ganhou grande repercussão na mídia.

Portanto, a Federação tem que encabeçar as campanhas trazidas pelas entidades de base para enfrentar o assédio e o capacitismo e estar à frente nas denúncias e nas cobranças para que os trabalhadores e as trabalhadoras do Poder Judiciário Federal não precisem passar por esse tipo de humilhação. Para que não sejam ignorados os avanços jurídicos e sociais que ocorreram nos últimos tempos, desmerecendo as lutas e conquistas que promovem a inclusão.

Após essa campanha, outros servidores trouxeram denúncia de capacitismo em nomeação de concursados no TST que também foi abraçada pela Fenajufe. É a Federação apoiando a categoria na defesa de direitos e na luta anticapacitista.

### **Que medidas você considera necessárias para garantir a proteção e a valorização dos servidores com deficiência no Judiciário Federal?**

**Luciana** - As medidas necessárias são um olhar mais humano, tanto do CNJ quanto dos próprios colegas. Infelizmente, alguns colegas, por temerem sofrer represálias, não demonstram solidariedade, ficam com medo de ser solidários, de denunciar e também sofrerem assédio. Essa falta de apoio abre espaço para que magistrados e chefes assediadores pratiquem o capacitismo, humilhando e desvalorizando os trabalhadores com deficiência.

A Federação precisa, cada vez mais, abraçar efetivamente essa bandeira junto com as entidades de base, pois o que temos visto é que as políticas do Judiciário têm mostrado que nada é feito efetivamente. Elas visam apenas gerar dados e fundamentar resoluções que, na prática, garantem a impunidade a magistrados assediadores.

### **Que impactos a reforma administrativa pode ter sobre a saúde e**

### **os direitos dos servidores públicos, especialmente os que têm deficiência?**

**Luciana** - Um impacto muito grande, principalmente para os servidores que têm deficiência. Isso porque eles são servidores concursados que já sofrem todo tipo de preconceito, assédio e capacitismo. Com a reforma administrativa, os cargos de chefia e os cargos de gestão poderão ser ocupados em sua totalidade por pessoas extraquadros. Essas pessoas estarão a serviço daqueles que têm interesse em eliminar servidores concursados dentro de uma visão produtivista e capacitista. Então, esses servidores que são concursados, estarão ainda mais expostos ao assédio e às demissões por critérios subjetivos, a fim de que, em seus lugares, sejam colocadas pessoas indicadas.

A reforma administrativa fará valer a lógica do capital, que é a da produtividade. O serviço público não tem que ter uma lógica de produzir lucro, mas o que eles querem, com uma reforma administrativa, é um serviço público em que as pessoas trabalhem cada vez mais até a exaustão, para que eles possam lucrar com isso.

Essa já é a lógica hoje, mas que será aprofundada, para que eles possam, com isso, produzir cada vez mais e com menos recursos. A pessoa com deficiência vai ser um alvo ainda mais fácil para ser descartado, dentro dessa lógica capitalista de que precisa se trabalhar muito mais, com muito menos recursos.

### **Como a Fenajufe tem incentivado a participação e a representatividade dos servidores com deficiência ou doenças crônicas nas instâncias deliberativas e nas atividades sindicais?**

**Luciana** - As entidades sindicais e a Fenajufe têm feito esforços para integrar os servidores com deficiência ou doenças crônicas nas atividades, mas é lógico que ainda há muito a fazer. Dentro da Federação, foi criado, em 2022, no 11º Congre-

jufe, a Coordenação de Combate às Opressões no qual há um grupo de servidores e servidoras com deficiência (PcD) que é muito organizado. Eles têm trazido as suas questões para a executiva e têm pautado a Federação para que ela atue na defesa de seus direitos. Isso tem sido fundamental.

Uma coisa que precisamos pontuar sempre é que PcD não é somente aquela pessoa que tem uma deficiência aparente como uma deficiência motora, uma pessoa que é cadeirante, por exemplo. Existem PcD com questões que não são visíveis. Então, esse Coletivo de Opressões tem trazido isso sempre para o debate e tem se organizado de forma a fazer moções de repúdio, a pautar, a fazer ofício para os tribunais superiores quando se sentem ofendidos nos seus direitos e nas suas pautas. E a Federação tem procurado cada vez mais ouvir e levar essas demandas para as instâncias superiores, dos tribunais superiores, dos conselhos, tanto CNJ, como CJF e CSJT.

### **Qual a importância da participação dos servidores com deficiência nas instâncias de decisão e representação sindical?**

**Luciana** - Eu acho que ainda há pouca representatividade dentro das direções dos sindicatos e da Fenajufe. Dentro da Federação, não há nenhum coordenador ou coordenadora que seja PcD.

As PcD sempre reivindicam que sejam tirados da invisibilidade, inclusive dentro das minorias e da Fenajufe. Consideram um avanço o 1º Encontro Nacional de PcD da Federação e a criação do coletivo.

Mas ainda há muito que avançar nessa pauta para estimular efetivamente que pessoas com deficiência integrem essas instâncias de decisão e representação sindical.

### **Como você avalia a resolução nº 343/2020 do CNJ que garante o teletrabalho aos servidores PcD sem o acréscimo de produtividade?**

**Luciana** - Eu avalio como uma coisa

muito positiva. A norma expressa o que de fato deveria ser um Poder Judiciário que respeita políticas de inclusão e que não ignora os avanços sociais havidos. No entanto, para que ela seja realmente efetiva, precisa ser cumprida como uma medida de proteção às PcD. No caso do João Carlos, que comentamos anteriormente, essa resolução foi descumprida. O juiz-presidente do JEF o colocou à disposição da seção judiciária, sob alegação de que não pode ter um servidor em teletrabalho integral, sem que haja estipulação de meta, numa clara demonstração de que o judiciário não respeita os avanços conquistados pelas PcD e as submete à mesma lógica capitalista do mercado, ou seja, exploração da mão de obra na mesma medida, sem se contrariar em desrespeitar os direitos que insere em suas resoluções.

### **Como a Federação tem se posicionado em relação à política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 207/2015?**

**Denise** - A Federação tem buscado a implementação desse normativo, que é essencial para a assistência aos servidores. E, cobrando aos tribunais, temos tido respostas como problemas ligados ao orçamento e sabemos que a acirrada disputa pelos magistrados sobre o que resta de recurso piora ainda mais a expectativa do servidor de ter o amparo previsto nesta resolução. Aí se inclui a falta de investimento em condições de trabalho, em equipes multidisciplinares, em adequação na estrutura para garantir acessibilidade, por exemplo. O atendimento psicológico só ocorre nos prédios sede dos tribunais, deixando desassistidos servidores lotados em seccionais e, pior ainda, em subseções, fóruns trabalhistas no interior dos estados e zonas eleitorais.

Outro problema é a máfia dos planos de saúde, que tem dificultado as celebrações de contratação direta pelos tribunais, que se submetem a restrições impostas pelos

planos e elevado valor a ser custeado pelo servidor, já que o auxílio saúde nunca cobre as despesas. Os tribunais que possuem autogestão, nessa última década, têm tido problemas em vários aspectos, seja pela redução de afiliados aos programas, reduzindo o valor das contribuições, cortes das verbas específicas que financiam os programas e ainda redução de servidores da área de saúde elevando a demanda, o que precariza o atendimento e adocece os colegas responsáveis por isso.

Há anos, a Federação atua no sentido de universalizar o serviço com melhor qualidade, seja com aumento da verba, seja com estudos sobre a criação de programa unificado em todo o Brasil, etc. Não aceitamos discriminação no tratamento ou valor de auxílio entre magistrados e servidores, como reza a resolução 495/2023, que impõe piso nos valores dos auxílios de magistrados, por exemplo. Além disso, a prestação fixa dos programas de autogestão se baseiam apenas na faixa etária tem prejudicado servidores que possuem menor remuneração, causando a saída desses dos programas.

### **Como a Fenajufe tem contribuído para a implementação da Resolução CNJ nº 351/2020, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário?**

**Luciana** - Em relação à resolução 351, temos que cobrar sempre do CJF, do CNJ e dos conselhos superiores para que haja implementação. Recentemente, no PJU, a corregedoria arquivou denúncia de assédio sexual do juiz do Trabalho Marcos Scalercio contra servidoras, estagiárias e advogadas. Passaram o pano! Somente após a mobilização de mulheres de diversas outras categorias, exigindo do regional que desse o tratamento que o caso exigia, ou seja, que fosse feita justiça às vítimas com a punição do magistrado, que a decisão pelo

arquivamento foi mudada. O caso foi levado ao CNJ e lá foi resolvido com o apoio da Fenajufe e o magistrado teve a punição máxima imposta à magistratura, que é a aposentadoria compulsória. Essa foi uma grande vitória diante do arquivamento, mas sabemos que a punição é muito branda. Da mesma forma foi com o caso do João Carlos que ainda não foi resolvido na Justiça Federal de São Paulo pela corregedoria do regional, mas está tramitando no CNJ em Brasília e a Federação tem se mobilizado. Seja na Alesp, na Câmara dos Deputados, onde também foi apresentada moção pela deputada Sâmia Bomfim, seja no CNJ, para que a magistratura seja punida quando assediada suas trabalhadoras e trabalhadores. Enquanto as entidades do PJU e MPU não tratarem os casos de assédio com a devida seriedade, o adoecimento será cada vez mais crescente.

### **Quais os principais desafios e perspectivas para fortalecer a saúde, a segurança e a qualidade de vida dos servidores da Justiça Federal e do MPU?**

**Luciana** - O grande desafio dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal e do MPU com relação à saúde, segurança e qualidade de vida, é fazer com que esses órgãos reduzam a jornada de trabalho. É garantir que a tecnologia cumpra o papel de contribuir para que trabalhe menos sem que haja corte salarial, porque a tecnologia veio e está agregada ao nosso cotidiano, ao nosso dia a dia, inclusive com a inteligência artificial já implementada em alguns tribunais. No entanto, a nossa jornada de trabalho não diminuiu, pelo contrário, só aumenta. Houve um tempo em que se dizia que quando fossem utilizadas as novas tecnologias, não só no Judiciário, mas em qualquer setor, em qualquer ambiente de trabalho, as pessoas trabalhariam menos. Mas não estamos vendo isso, nem na iniciativa privada e nem no setor público.

# “SE VOTAR, NÃO VOLTA”

Como se não bastassem todos os ataques anteriores aos direitos e à democracia, em 2020, Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, mais conhecida como reforma administrativa. Além de representar mais um grave ataque ao funcionalismo público, a medida constituía um verdadeiro desmonte dos serviços públicos para privilegiar o grande capital internacional dentro da lógica neoliberal que diminui o papel do Estado enquanto prestador de políticas públicas.

Entre todas as maldades previstas no texto apresentado pelo ex-presidente, destacavam-se o fim da estabilidade e a redefinição da estrutura da administração pública direta e indireta, abrangendo todos os níveis de governo no país, colocando servidores como reféns dos governantes de plantão e vilipendiando preceitos constitucionais.

Diante da grave ameaça, a Fenajufe se uniu aos seus sindicatos de base, ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) e às centrais sindicais e, juntos, mobilizaram servidoras e servidores públicos de todo Brasil e diversos outros trabalhadores de vários segmentos em oposição à medida.

Foram realizados vários atos na Esplanada dos Ministérios para barrar a PEC e denunciar à população os impactos da medida em suas vidas, além de intensa articulação na Câmara dos Deputados, onde o projeto era discutido. Diversas ações marcaram a luta dos servidores contra a proposta, entre elas a recepção aos parlamentares no Aeroporto Internacional de Brasília, às segundas (no período da tarde) e terças-feiras (pela manhã). Com a consigna de “Se votar, não volta”, os servidores recepcionavam os parlamentares que chegavam à capital federal e denunciavam os impactos da medida no serviço público. A pressão estendeu-se à Câmara dos Deputados, no Anexo II, onde os trabalhadores montaram uma vigília permanente e dedicaram esforços no trabalho corpo a corpo com os legisladores e às redes sociais, com tuitos organizados toda semana pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que alcançaram os trending topics do X, antigo Twitter, em diversas oportunidades.

Outra ação que fortaleceu a mobilização foi o Observatório da PEC 32, também iniciativa da Frente Parlamentar do Serviço Público, que atualizava diariamente as informações para que as entidades pressionassem os parlamentares.

A Federação lançou ainda a plataforma Mobiliza Fenajufe, para o envio de mensagens personalizadas aos deputados, por meio de redes sociais e e-mails.

Todos os esforços tiveram resultado e graças à mobilização e à unidade dos servidores, a PEC 32, apesar de ter sido aprovada na Comissão Especial da Câmara, não foi levada ao Plenário para votação. Importante frisar que o relatório de Arthur Maia (DEM/BA) foi aprovado em uma sessão muito tumultuada, na qual protocolou um novo substitutivo que não havia sido comunicado à



Comissão. Comprovada a manobra do relator, houve nova votação no dia seguinte e foi ratificada a aprovação.

Entretanto, apesar dos esforços que barraram a aprovação da PEC 32 de Jair Bolsonaro em 2022 e das manifestações do governo Lula contrárias à essa proposta nefasta, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), segue utilizando a reforma administrativa como instrumento de chantagem e pressão ao governo atual para impulsionar a agenda neoliberal do mercado e tentar empurrar “goela abaixo” do Executivo a ampliação de seu poder para a condução das pautas e interesses oportunistas do chamado Centrão.

Sendo assim, a Fenajufe seguirá vigilante e pronta para lutar, sempre que necessário, contra esse e quaisquer outros ataques ao serviço público, aos direitos dos trabalhadores e aos direitos da população.





## FENAJUFE AVANÇA NA DIVERSIDADE E INCLUSÃO, COM APROVAÇÃO DA PARIDADE DE GÊNERO E CRIAÇÃO DE COLETIVOS

**A**tualmente, as mulheres representam 51,5 % da população brasileira. No funcionalismo público federal, elas são cerca de 45%. Já no Poder Judiciário, de acordo com levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as servidoras são maioria, representando aproximadamente 56% do total do segmento.

Mas, apesar dos números expressivos, foram necessários quase 30 anos de muita luta e articulação para que as mulheres tivessem o direito de ocupar a mesma quantidade de cargos que os homens na diretoria executiva da Fenajufe. A tão sonhada paridade foi incluída no estatuto da entidade em 2022, durante o 11º Congrejufe, e será implementada no próximo congresso.

Conversamos com a coordenadora-geral da Federação, Sandra Cristina Dias, para entender qual o impacto dessa mudança nas políticas de diversidade e inclusão da entidade. A servidora fala também sobre a criação de coletivos de subgrupos com pouca representação dentro das direções no movimento sindical.

**Como você vê a conquista da paridade de gênero na diretoria da Fenajufe, considerando que, nos 30 anos da entidade, isso não havia sido alcançado antes?**

Eu vejo com alegria e também com muita preocupação. Com alegria, porque aprovar a paridade de gênero no 11º Congrejufe foi resultado de uma árdua e longa caminhada de várias outras companheiras que me antecederam. Não foi resultado do último congresso apenas, longe disso. Nesse sentido, é uma conquista que precisa ser engrandecida e comemorada. A preocupação é por dois aspectos: o quanto demorou para se ter paridade de gênero na diretoria, sendo que a participação de servidoras é de longa data, e pelo fato da liderança feminina continuar sendo posta à prova todo o tempo, corroborando

o histórico de afastamento das mulheres e outros grupos sociais sub-representados desses espaços.

Desde que eu e Lucena fomos eleitas coordenadoras-gerais, por diversas vezes enfrentamos dificuldades que se apresentam preponderantemente em gestões com lideranças femininas, onde a cobrança por resultados efetivos é muito mais intensa. Adicionalmente, numa liderança exercida por uma mulher preta, além dos aspectos que já citei, a cobrança é redobrada. No caso do sindicalismo do Poder Judiciário, continuamos com poucas representantes, e esse, eu penso, é o nosso maior desafio: trazer a mulher preta para o mundo sindical no nosso segmento.

**Quais são suas perspectivas e planos para fortalecer ainda mais essa condição igualitária durante sua gestão?**

Empoderar a mulher sindicalista para que ela deixe de ser responsável por cumprir as tarefas e passe a fazer parte das decisões. Parece algo óbvio e já normalizado, mas, no mundo sindical, ainda é um desafio que encontra resistências fortíssimas em todos os campos políticos, infelizmente. Nesse sentido, aprovar a paridade de gênero para a constituição da diretoria da Fenajufe foi um legado importantíssimo que conseguimos já sedimentar para as próximas companheiras.

**Quais impactos você espera que a paridade de gênero tenha na dinâmica e nas decisões da entidade?**

A paridade é uma conquista, mas não representa uma mudança de paradigma como um todo.



É um passo importante dentro de um contexto maior de mudança. Minha expectativa é criar uma nova visão para as mulheres e aos grupos sociais que anteriormente não se viam nesse espaço dos sindicatos. Espero que as servidoras se sintam entusiasmadas para poder participar e, sobretudo, para assumirem cargos de liderança no movimento sindical. Espero também que propiciem novos debates, porque pessoas novas geram ideias mais diversas e, conseqüentemente, fortalecem a continuidade do sindicato.

**Como você percebe o tratamento e a experiência das servidoras do Judiciário e do MPU em seus locais de trabalho em relação à questão de gênero? Existem desafios específicos que você gostaria de destacar e quais ações ou melhorias você acredita que poderiam ser implementadas para promover um ambiente mais inclusivo e igualitário para as mulheres?**

Ainda há muito para evoluir. A participação no sindicato e cargos diretivos de mulheres e outros grupos sociais sub-representados ainda é bem reduzida, pois a paridade de gênero é apenas uma forma de trazer uma maior representatividade. Se a representação fosse por proporcionalidade, com base nos dados do Ipea de 2019 referentes ao Judiciário, as mulheres ocupariam 53% desses espaços, e os homens, 47%. Na minha experiência pessoal, trabalhando na Justiça do Trabalho, a paridade de gênero nos cargos de gestão já caminhou bem mais, um contexto ainda raro como um todo.

Na Justiça do Trabalho, é muito comum as mulheres ocuparem os cargos de gestão. Não é a realidade de minhas colegas de outros ramos do Judiciário, em que a prevalência dos homens nesses postos é maior. No teor constitucional de participação de todos os grupos sociais e equidade, ainda há muito para avançar. Por isso ter fóruns regionais e nas sedes próximas ao local de trabalho das servidoras, pode aproximá-las do sindicato no enfrentamento dos desafios ainda presentes no serviço público do Judiciário. As iniciativas descentralizadas podem gerar mudanças significativas para o todo.

**Pode nos contar mais sobre os projetos de criação de coletivos para Pessoas Com Deficiência, LGBTQIA+, pretos e pretas, e de mulheres? Quais são os objetivos centrais desses coletivos?**

O objetivo da criação dos coletivos é efetivar a participação dos pretos, pretas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e demais grupos sub-representados no Poder Judiciário, com dignidade e de modo equânime, fomentando ativamente a participação desses grupos no sindicato. O discurso apenas baseado na inclusão não consegue dar conta da realidade. É preciso uma postura proativa de respeito e criação de espaços seguros. Como brilhantemente falou Angela Davis "Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista". Esse é o pensamento que guia nossas iniciativas. Sou uma mulher cis, preta e heterossexual, sei e luto pelos direitos das pessoas negras, mas em relação a pessoas LGBTQIA+, preciso atuar para criar

um ambiente acolhedor e seguro para que elas possam falar da sua vida e de suas pessoas companheiras da mesma forma que falo de meu marido, sem medo de ser elas mesmas. Temos pautas que se interrelacionam em muitos aspectos, o maior desafio a ser enfrentado, a meu ver, é que em várias situações falamos mais para fora do que para dentro. A nossa representatividade ainda é invisibilizada, por isso, o coletivo é a forma das pessoas se sentirem vistas e ouvidas. Espero que nesses espaços, os integrantes possam trocar experiências e também trazer sugestões e demandas para o sindicato e para seus ambientes de trabalho. O fortalecimento desses grupos significa dizer que a existência de cada pessoa é importante, em especial, no serviço público, pois a vivência da sociedade é plural e, sendo assim, queremos também um ambiente plural.

**Como a formação desses coletivos contribuirá para tornar a Fenajufe uma entidade mais inclusiva e representativa?**

Como eu referi anteriormente, o objetivo é fortalecer esses grupos, ou seja, trazer para o centro de debate das pautas os grupos sociais que foram historicamente excluídos do ambiente sindical. Essa troca entre os coletivos propicia novas iniciativas e isso está sendo um importante legado desta gestão. Os coletivos fortalecem esses grupos sociais e à Fenajufe resta a ação de fomentar os debates e assuntos que impactam os coletivos. Assim, mesmo que o coletivo de mulheres seja

restrito a mulheres, os direitos da mulher são uma pauta para todas as pessoas. Isso é aplicado a todos os coletivos. A conscientização e mudança de comportamentos precisa ser principalmente das pessoas que não vivenciam a realidade desses grupos, pois assim fomentamos uma inclusão e diversidade verdadeira da nossa federação.

**Quais são os primeiros passos ou iniciativas planejadas para dar início a esses coletivos e envolver os membros da Fenajufe?**

A meu ver o primeiro passo já foi dado, que era o de efetivar a criação desses coletivos que, até esta gestão, não haviam sido implementados. A realização dos primeiros encontros nacionais dos pretos e pretas, das pessoas com deficiência e das pessoas LGBTQIA+ foi momento ímpar para o reconhecimento e acolhimento desses grupos como pertencentes à categoria. O próximo passo agora é solidificar esses coletivos para que sejam um meio de escuta e de avanço na efetivação das nossas pautas. Evitar que esses encontros nacionais e, até mesmo, a criação dos coletivos, permaneçam apenas nos estágios iniciais, sem um maior amadurecimento como meio de luta de classe, é o grande desafio.

**Como você enxerga a interseccionalidade entre esses coletivos e como eles podem colaborar entre si?**

A interseccionalidade entre os coletivos é a forma como os grupos sociais se mantiveram até hoje, a partir da luta conjunta, entendendo os diferentes desafios enfrentados, mas se unindo em um mesmo horizonte pela efetivação de direitos. Com a implementação dos coletivos na Fenajufe, a intenção é trazer para dentro do âmbito do serviço público, espaços de articulação e acolhimento existentes na sociedade em geral, reconhecendo a importância dessas existências e, principalmente, fazendo com que a federação faça parte desse movimento e esteja próxima de cada servidora. Dessa forma, para além dos momentos em cada coletivo, a proposta é também propiciar um momento único para todos os co-

“**O objetivo é trazer para o centro de debate das pautas os grupos sociais que foram historicamente excluídos do ambiente sindical**”

Sandra Cristina Dias  
Coordenadora-geral



letivos, seja por documentos ou fóruns específicos.

**Qual é a visão de longo prazo para esses coletivos e como eles podem fortalecer a missão da Fenajufe em defesa dos direitos dos trabalhadores do judiciário?**

Eu penso que o objetivo a longo prazo é o de incentivar a participação e o surgimento de novas lideranças dentro desses coletivos ainda muito invisibilizados. Ter iniciado

esta caminhada, certamente, será o maior legado desta gestão da Fenajufe. A defesa dos direitos dos trabalhadores do Judiciário perpassa, sem dúvida alguma, pelo fortalecimento desses grupos de pessoas, pois não se consegue alcançar a melhoria de condições de trabalho, sobretudo das pautas que vão para além das remuneratórias, como fim do assédio moral e institucional no judiciário, sem a inclusão de toda a diversidade que compõe a categoria.



Plenária Nacional em João Pessoa (PB) que deliberou pelo NS para os técnicos do PJU, em 2015

# A SAGA DO NÍVEL SUPERIOR PARA OS TÉCNICOS DO JUDICIÁRIO FEDERAL

A Lei 14.456, de 21 de setembro de 2022, que estabelece o nível superior como requisito para ingresso na carreira de técnico judiciário do Poder Judiciário da União (PJU), foi o resultado de uma longa e intensa batalha da categoria, que contou com a articulação e ampla mobilização da Fenajufe e dos sindicatos de base.

A demanda era antiga e tinha apelo das servidoras e dos servidores, tanto pela defasagem salarial e desvalorização, quanto pelo desrespeito às atribuições do cargo, cujos ocupantes exerciam atividades de nível superior há décadas.

Ao relembrar a luta, a coordenadora-geral da Federação, Lucena Pacheco Martins, contou que a estruturação do processo eletrônico como ferramenta central do trabalho, entre outros procedimentos cada vez mais específicos, tornou essencial a mudança de requisito de ingresso para o cargo de técnico judiciário. “Se assim não fosse, não seria possível avançar na luta pela caracterização da evolução do car-

go de técnico judiciário, aliás, de todas as carreiras do PJU. Por isso, essa mudança mostrou-se extremamente necessária”, completou.

O estabelecimento do NS visava promover uma atualização na Lei 11.416/2006 para compatibilizar o diploma legal com a evolução das atividades já desenvolvidas pelos técnicos judiciários que, em virtude da modernização dos processos de trabalho, já realizavam atividades e funções que demandavam conhecimento, complexidade e responsabilidade de grau superior.

A Fenajufe não mediu esforços e demonstrou todo seu engajamento na luta pelo NS, desde a entrega de um dossiê à Comissão Interdisciplinar de Carreira do STF, em 2017, até a realização de diversas ações, como audiências públicas, reuniões com parlamentares, mobilizações nas redes sociais e nas ruas e o lançamento de um site específico para impulsionar a campanha.

A luta pelo estabelecimento do nível superior como requisito para ingresso na carreira de técnico ju-

dicário era tão justa que acabou por envolver os demais servidores, como a oficiala de justiça Márcia Pissurno, coordenadora da Fenajufe, que se disse tocada pela causa. “A gente acompanha os colegas, faz as visitas nos fóruns e vê o quanto o técnico trabalha e o quanto é importante que ele se sinta valorizado, porque o grande problema do servidor público é a valorização”.

A servidora afirmou que a partir do momento que o trabalhador se sente valorizado, a qualidade do seu trabalho aumenta e contagia todo o quadro que também consegue atingir a meta de uma prestação jurisdicional mais eficaz para todos.

“A conquista do NS trouxe valorização para toda a categoria e, inclusive, valorizou o próprio Poder Judiciário da União. É uma conquista que não é só para o servidor, é também para o juiz e, principalmente, para a parte. O técnico valorizado também vai gerar a valorização do analista e assim por diante”, completou.







## “A conquista do NS trouxe valorização para toda a categoria e, inclusive, valorizou o próprio Poder Judiciário da União”

Lucena Pacheco Martins  
Coordenadora-geral

### MUITA LUTA

A discussão sobre a mudança de escolaridade para o segmento dos técnicos começou em 2008 e ganhou força em 2014, quando foi realizada a primeira reunião do Coletivo Nacional da Fenajufe de Técnicos do Judiciário Federal e MPU (Contec), em Brasília. O encontro contou com a participação de delegados de 25 estados e teve como principais objetivos a formalização do coletivo nacional de técnicos da Federação e a defesa da mudança de escolaridade para ingresso no cargo.

Outro momento significativo foi a plenária nacional da Fenajufe, realizada em João Pessoa, entre 23 e 25 de outubro de 2015, com a presença de delegados de todos os sindicatos de base da Federação. Na atividade, os participantes deliberaram pelo encaminhamento ao STF de um anteprojeto de lei, modificando a escolaridade para ingresso no cargo de técnico judiciário para nível superior, sem tabela e sem alteração das atribuições. Logo, a Fenajufe protocolou o ofício encaminhando o anteprojeto.

O próximo passo foi a elaboração de um dossiê sobre o NS, que foi enviado à comissão interdisciplinar de carreiras do STF, em fevereiro de 2017.

Em 2021, foi instalado o Fórum de Discussão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do PJU no CNJ e lá se iniciou o debate com a administração sobre a mudança de escolaridade para ingresso no cargo de técnico. A Federação levou todos os argumentos técnicos e a cada nova dificuldade ou dúvida levantada, respondeu tecnicamente aos gestores das administrações, apresentando as soluções já debatidas pela categoria.

Nesse período, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3662/21. Esse PL transformava cargos vagos de auxiliar e de técnico judiciário em cargos de analista judiciário do quadro permanente do tribunal. Através de uma articulação com a deputada federal Erika Kokay (PT/DF), a Fenajufe incluiu duas emendas no projeto original do TJDFT. Uma estabelecendo a essencialidade dos cargos à atividade jurisdicional e outra estabelecendo o nível superior como requisito de ingresso no cargo de técnico judiciário.

Graças à atuação da Federação e dos sindicatos, que marcaram forte pressão junto aos parlamentares, o PL seguiu acelerado pelas comissões e teve o requerimento

de urgência aprovado em março de 2022. No mesmo mês, o PL 3662/21 foi aprovado garantindo o NS e reconhecendo a essencialidade dos cargos de analista judiciário e de técnico judiciário do TJDFT.

Em agosto do mesmo ano, a proposta chegou ao Senado Federal, onde enfrentou novos obstáculos. O senador Jorge Kajuru (Podemos/GO) apresentou uma emenda para suprimir o artigo que instituía o NS para os técnicos e o senador Eduardo Girão (NOVO/CE) entregou um requerimento para que o projeto fosse analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Prontamente, a Fenajufe intensificou as articulações e conseguiu que o relator, senador Izalci Lucas (PSDB/DF), fizesse um parecer favorável ao projeto e contrário à emenda de Kajuru, e que Eduardo Girão retirasse seu requerimento.

“Da mesma forma, a alteração do requisito de admissão para o cargo de Técnico Judiciário, de nível médio para ensino superior completo, tem o mesmo propósito do texto inicial do projeto, de conferir maior qualificação profissional ao quadro de servidores do Judiciário”, dizia o parecer.

No dia 29 de agosto de 2022, o Plenário do Senado aprovou o texto com as emendas conseguidas pela Fenajufe.

### NÃO PAROU POR AÍ

A etapa seguinte da saga do NS foi a sanção presidencial. A Federação e seus sindicatos trabalharam para que o então presidente Jair Bolsonaro sancionasse o PL 3662/21 sem vetos, mas isso não aconteceu.

Ignorando a luta das entidades, Bolsonaro vetou as emendas, alegando que o nível superior para os técnicos violava o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade e que geraria aumento de despesa sem estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Justi-



Fenajufe se reúne com o ministro Fux para tratar do NS

ficativas equivocadas e infundadas que já haviam sido derrubadas no Congresso.

Diante da decisão injusta de Bolsonaro de vetar o PL que beneficiava os servidores do Judiciário, a Fenajufe e seus sindicatos de base reagiram com uma forte mobilização para derrubar o Veto 51/22 no Congresso Nacional. Foram muitos plantões ampliados da Federação, atos, articulações e reuniões com deputados e senadores de diversos partidos. Também foi realizada campanha de envio de e-mail aos congressistas, pedindo que rejeitassem o veto, com maciça adesão dos servidores. Esse trabalho incansável foi decisivo para o resultado desse embate.

No dia 15 de dezembro de 2022, ocorreu o momento mais importante dessa luta, quando o veto foi analisado em sessão conjunta do Congresso Nacional, no plenário da Câmara dos Deputados. Nesse dia histórico, o Partido Novo defendeu a decisão de Bolsonaro, que prejudicava a categoria, mas os parlamentares de oposição e as entidades representativas de classe resistiram e venceram.

Para garantir a vitória e mobilizar os servidores, a Federação transmitiu ao vivo toda a sessão conjunta do Congresso. A transmissão durou mais de quatro horas e contou com a participação dos diretores e diretoras da Federação, além de flashes dos coordenadores e coordenadoras que estavam no plenário da Câmara.

Em meio a muita emoção dos servidores e dirigentes sindicais, o NS para os técnicos do Judiciário Federal foi finalmente conquistado.

## A LUTA CONTINUA

O NS foi uma vitória histórica, resultado de quase 15 anos de articulação das entidades sindicais. Trata-se de uma reivindicação antiga, que expressa a busca dos servidores por valorização salarial. Mas a categoria ainda precisa ficar atenta e mobilizada contra os ataques ao serviço público brasileiro.

“Essa foi uma grande conquista e, agora, precisamos, enquanto categoria, formular propostas para que a Federação as apresente ao Fórum de Carreira ou à administração, dando continuidade à busca pela valorização da carreira. Mas é

de grande relevância que nós, servidores e servidoras, ao elaborarmos tais propostas, sejamos sensatos e objetivos, apresentando justificativas, além de nos basearmos sempre em estudos técnicos de viabilidade. As formulações devem ser apreciadas nas instâncias representativas, para que respeitem a vontade coletiva, construindo uma carreira valorizada e sólida”, reforçou Lucena.

Segundo a dirigente, a evolução dos cargos está diretamente ligada ao cumprimento das metas institucionais e das áreas de interesse, que podem e devem, sempre que necessário, ser objeto de atualização para assegurar a máxima excelência na garantia e na realização da prestação de serviços.

A coordenadora-geral da Fenajufe explicou que a missão do Poder Judiciário é realizar a Justiça. Para isso, ele precisa ser efetivo e ágil na garantia dos direitos e contribuir para a pacificação do país. Além de responder com assertividade aos anseios da sociedade, garantindo segurança jurídica e integridade, eficiência e credibilidade, bem como acessibilidade e sustentabilidade.

“Essa é a finalidade da qualificação dos quadros, prestar serviço cada vez mais qualificado ao jurisdicionado e à sociedade”, finalizou.



Reunião com a deputada Érika Kokay (PT/DF), na sede da Fenajufe em Brasília, para tratar do NS e Quintos

# PERSISTÊNCIA E RESULTADOS: RELEMBRE A JORNADA PELA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL EM 2022

Sem dúvidas, o último período trouxe inúmeros desafios para o funcionalismo público do Poder Judiciário da União (PJU) e Ministério Público da União (MPU), entretanto, a categoria mostrou-se aguerrida na mesma proporção, garantindo muitas conquistas por meio da unidade na luta.

Entre elas, é possível destacar a recomposição salarial parcial, negociada com o governo de transição e sancionada pelo presidente Lula. Essa vitória, que se trata de mais um marco na história das servidoras e dos servidores do PJU e do MPU, foi efetivada graças à participação significativa da categoria e à atuação incansável da Fenajufe e de seus sindicatos de base, que fortaleceram as trincheiras e asseguraram o triunfo coletivo.

Ainda no início de 2022, as coordenadoras e os coordenadores da Federação iniciaram as conversas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e também a pressão para que o Presidente daquela Corte, ministro Luiz Fux, enviasse projeto de re-

composição salarial dos servidores ao Congresso Nacional.

Mesmo após declaração do então presidente Jair Bolsonaro, em meados daquele ano, de que não haveria nenhum tipo de reajuste em 2022, a luta não esfriou. Pelo contrário. A pressão para que o STF fizesse valer a autonomia do Poder Judiciário e enviasse o projeto de reajuste só aumentou.

Após diversas rodadas de negociação, campanhas, mobilização e muita pressão, em 8 de setembro daquele mesmo ano, a mesa diretora da Câmara dos Deputados recebeu a Mensagem 7/2022, assinada pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux. O texto se referia ao Projeto de Lei (PL) 2441/2022, que propunha alterações na Lei 11.416/2016, que versa sobre as carreiras dos servidores e das servidoras do PJU.

“Trata-se de ação essencial à manutenção de condições básicas para retenção de talentos e para a efetividade das políticas de gestão de pessoas no âmbito do Poder Judiciário da União”, dizia a nota.

Na mesma data, também ingressou no Congresso Nacional, o PL 2442/22, encaminhado pela Procuradoria-Geral da República, propondo um reajuste na remuneração dos servidores do MPU, de forma escalonada.

A partir desse momento, desencadeou-se uma extensa mobilização, liderada pela Fenajufe e seus sindicatos, e essa habilidosa articulação política foi decisiva para a aprovação dos projetos que, se não recompuseram todas as perdas salariais da categoria, puseram fim à política de reajuste zero imposta por Bolsonaro.

Diversas iniciativas foram tomadas, incluindo a participação em audiências públicas, a elaboração de petições, abaixo-assinados, bem como a criação de campanhas nacionais, transmissões ao vivo, mobilizações nas redes sociais e eventos por todo o país. Naquela ocasião, a diretoria da Federação orientou os sindicatos a conduzirem atividades nas bases, como reuniões setoriais, panfleta-



gens e ações de divulgação, buscando unir todas as forças para intensificar ainda mais a luta.

O pleito pela recomposição permeou praticamente todo o ano de 2022 e, após todas essas ações que começaram no início do ano, em 21 de dezembro a luta foi recompensada. A Câmara dos Deputados finalmente aprovou os projetos de recomposição salarial das servidoras e servidores do PJU e MPU (PLs 2441 e 2442/22), negociados com o governo de transição, uma vez que Bolsonaro negou qualquer reajuste e já havia abandonado o barco.

Foram aprovados os substitutivos apresentados pelos relatores de cada projeto, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) e deputada Celina Leão (PP-DF), contendo reajuste de 19,25% em três parcelas cumulativas de: I – 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2023; II – 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2024; III – 6,13% (seis por cento e treze centésimos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

No mesmo dia da aprovação na Câmara dos Deputados, os projetos foram aprovados no Senado, mantendo os substitutivos.

## **BENEFÍCIOS AMPLIADOS: REAJUSTE DOS AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E CRECHE NA GARANTIA DO BEM-ESTAR DA CARREIRA**

Outra conquista de 2022 que vale ser lembrada foi o reajuste do auxílio-alimentação, do auxílio-saúde e da assistência pré-escolar na Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral e no MPU, depois de quatro longos anos.

Em mais uma atuação vitoriosa da Fenajufe e seus sindicatos de base, os novos valores do PJU passaram a ser de R\$ 1.182,74 para o auxílio alimentação, R\$ 935,22 para a assistência pré-escolar e R\$ 546 para o auxílio-saúde.



No mesmo período, a PGR publicou a portaria 1/2023 fixando, no âmbito do MPU, os valores do auxílio-alimentação, da assistência pré-escolar e do auxílio-saúde em R\$ 1.191,13 e R\$ 941,85 e R\$ 546,00, respectivamente.

Apesar de não atingir plenamente as expectativas, em meio a tempos sombrios, desafiadores, marcados por lutas intensas e grandes embates pela manutenção de direitos importantes para os trabalhadores, os reajustes obtidos em 2022 marcam o fim de um período nefasto e foram amplamente comemorados pela categoria.

### **VALE A PENA VER DE NOVO**

Na sessão do STF, **ministro Fux** pede desculpas por ter que falar mais alto devido aos sons de **vuvuzelas** durante a manifestação da **Fenajufe**.




**APONTE SUA CÂMERA  
PARA O QR CODE  
E ASSISTA**

## Um tour pelo Instagram



**@fenajufe**



Fenajufe e sindicatos comemoram a derrubada dos vetos 10/23 e 25/3 no Congresso Nacional

## QUINTOS: A CONQUISTA DOS SERVIDORES APÓS ANOS DE BATALHA

As servidoras e os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU) celebraram, no final de 2023, mais algumas conquistas históricas, resultado de uma árdua luta: a não absorção dos Quintos, o reconhecimento da legalidade da acumulação da VPNI/GAE pelos oficiais de justiça e o NS (nível superior) para os técnicos do MPU, que se deram com a publicação das leis 14591/2023 e 14.687/2023. Contudo, esta não foi uma vitória fácil. A Fenajufe e seus sindicatos de base enfrentaram diversos obstáculos desde as primeiras decisões do STF relativas aos quintos até a derrubada dos vetos presidenciais 10 e 25/23.

### MAS DO QUE TRATAVAM ESSES VETOS?

O Veto 25/23 referia-se à não absorção dos quintos nas parcelas de recomposição salarial parcial dos servidores e servidoras do PJU; à legalidade da acumulação da VPNI e GAE dos oficiais de justiça; à transformação para técnicos judiciários do adicional de qualificação por diploma de ensino superior em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI); e à essencialidade dos cargos das carreiras do judiciário.

O Veto 10/23 tratava do nível superior para técnicos do MPU; da não absorção dos quintos nas par-

celas de recomposição salarial parcial dos servidores do MPU; da essencialidade dos cargos de analistas e técnicos do MPU à atividade jurisdicional; e da exclusividade de cargos comissionados a servidores efetivos.

### RELEMBRE O CASO

Em março de 2015, com repercussão geral reconhecida, a Suprema Corte negou o direito à incorporação dos quintos pelos servidores. Naquela ocasião, o STF desobrigou a devolução dos valores recebidos de boa-fé até então, mas determinou a interrupção dos pagamentos

Duas séries de embargos de declaração foram opostos contra esta decisão. O julgamento da segunda série ocorreu em plenário virtual que se encerrou em 17 de outubro de 2019, quando foi divulgado o voto do ministro Gilmar Mendes, relator do caso, que acolheu parcialmente os embargos, para determinar a manutenção do pagamento dos quintos, quando fundado em decisão judicial transitada em julgado.

Gilmar Mendes também admitiu a modulação dos efeitos da decisão para que aqueles que continuavam recebendo os quintos em razão de decisão administrativa ou de decisão judicial não transitada em julgado tivessem o pagamento mantido até sua absorção integral por reajustes futuros concedidos.



Reunião na Casa Civil



Atuação pela não absorção dos Quintos na CCJ do Senado

Deputada Erika Kokay apresentou emenda ao projeto que garantiu o direito aos servidores



Mesmo com a maioria da corte acompanhando o voto do relator, a proclamação do resultado do julgamento só ocorreu em dezembro de 2019, em virtude de discussão acerca do quórum necessário para modulação dos efeitos. Em 8 de maio de 2020, o STF publicou o acórdão e modulou os efeitos da decisão do Recurso Extraordinário (RE) 638115.

Paralelamente à luta judicial, a Federação e sindicatos de base iniciaram uma luta legislativa para acabar definitivamente com a possibilidade de absorção dos quintos no PJU e no MPU.

Originalmente saído do STF, o PL 2342/2022, que criava funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do CNJ, teve a urgência aprovada na Câmara dos Deputados e no dia 10/5/2023 foi incluído na ordem do dia. A Deputada Erika Kokay (PT/DF), numa atuação conjunta com a Fenajufe, apresentou um substitutivo contendo as emendas que garantiriam a não absorção dos quintos, a legalidade da acumulação VPNI/GAE dos oficiais de justiça, a transformação em VPNI do adicional qualificação de 5% por diploma de ensino superior para os técnicos judiciários e a essencialidade dos cargos das carreiras do Judiciário Federal para a prestação jurisdicional.

Paralelamente, também tra-

mitava no Congresso Nacional o PL 2969/22 que versava sobre a transformação de cargos do MPU, contendo emendas apresentadas, mais uma vez, pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e defendidas pela Federação, que estabeleciam o nível superior para técnicos do MPU, a não absorção dos quintos, a essencialidade dos cargos de analistas e técnicos do MPU à atividade jurisdicional e a exclusividade de cargos comissionados a servidores efetivos.

Em maio de 2023 o PL 2342/22 (PJU) foi aprovado na Câmara dos Deputados com as emendas da Fenajufe e em agosto do mesmo ano foi aprovado também no Senado.

Já o PL 2969/22 (MPU) foi aprovado em março de 2023 na Câmara dos Deputados e em maio no Senado, também com as emendas defendidas pela Federação.

Porém, ambos os projetos encontraram resistência por parte da equipe técnica do governo federal que, no caso do PL 2342/22, em reunião prévia na Casa Civil, informou à Fenajufe a necessidade de apresentação de estudo de impacto orçamentário pelo STF, o que não foi feito, apesar de todos os esforços da Federação e sindicatos.

As emendas de ambos os projetos acabaram sendo vetadas,

vetos 10/23 (MPU) e 25/23 (PJU).

Após os vetos, a Fenajufe e sindicatos não esmoreceram e iniciaram uma forte campanha pela derrubada, que envolveu reuniões em órgãos do Judiciário e do MPU, articulações com o governo e com parlamentares de diversos partidos e atuação nas redes sociais. O intenso trabalho de articulação e mobilização liderado pela Fenajufe surtiu efeito e, na véspera da sessão do Congresso Nacional, os dois vetos entraram na lista daqueles em que havia acordo de líderes pela derrubada. No início da sessão, realizada no dia 14 de dezembro de 2023, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Raulo Rodrigues, anunciou a lista de vetos com os quais o governo tinha acordo pela derrubada e os vetos 10 e 25 estavam entre eles. A sessão foi transmitida ao vivo pela Fenajufe em seu canal do YouTube, com a participação dos coordenadores que estavam no plenário da Câmara acompanhando a votação.

Os vetos 10 e 25/23 foram derrubados por ampla maioria dos parlamentares presentes.

A Federação e os servidores comemoraram a vitória e agradeceram a todos e a todas que se engajaram nessa campanha, bem como aos parlamentares que apoiaram a causa dos trabalhadores. A derrubada dos vetos garantiu a manutenção de direitos importantes da categoria e foi um passo fundamental para a valorização da carreira dos servidores do Judiciário Federal e do MPU, mas a luta por melhores condições de trabalho e de vida continua.

# SIGA-NOS EM NOSSAS REDES SOCIAIS!

      @fenajufe

 fenajufe.org.br





# FENAJUFE

